

# **Relatório de Governo Societário 2017**

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 27 de fevereiro de 2018, com as alterações introduzidas na reunião de 12 de junho de 2018.



**metro  
mondego**

# RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2017

## Índice

1. SÍNTESE .....	3
2. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS .....	5
3. ESTRUTURA DE CAPITAL .....	8
4. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS .....	9
5. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES.....	10
A. Modelo de Governo .....	10
B. Assembleia Geral.....	10
C. Administração e Supervisão .....	10
D. Fiscalização .....	14
E. Revisor Oficial de Contas (ROC) .....	14
F. Auditor Externo .....	15
6. ORGANIZAÇÃO INTERNA .....	16
A. Estatutos e Comunicações .....	16
B. Controlo Interno e Gestão de Riscos.....	18
C. Regulamentos e Códigos.....	21
D. Deveres especiais de informação .....	22
E. Sítio de Internet.....	24
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral .....	24
7. REMUNERAÇÕES.....	25
A. Competência para a Determinação .....	25
B. Comissão de Fixação de Remunerações .....	25
C. Estrutura das Remunerações .....	25
D. Divulgação das Remunerações .....	26
8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS .....	28
9. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL.....	29
10. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO.....	31
11. ANEXOS DO RGS.....	32

## 1. SÍNTESE

O Projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) encontra-se numa fase de redefinição das condições e termos da sua realização, visando: a redução dos valores de investimento e a garantia de uma análise (custo-benefício) socioeconómico positiva - imprescindível para assegurar a disponibilização de novos fundos (nomeadamente comunitários) - e a consequente realização dos projetos de execução e sua implementação.

Na sequência da apresentação dos estudos finais solicitados à Infraestruturas de Portugal (IP) e ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), o Governo anunciou em Junho de 2017 a solução a adotar, em *Metrobus*.

De acordo com o calendário apresentado, a realização dos projetos de execução e a sua aprovação deverão estar concluídos até ao 3º trimestre de 2019, estimando-se a realização das empreitadas (duração prevista de 15 meses) entre o 4º trimestre de 2019 e o 1º trimestre de 2021, com a entrada em serviço do SMM ainda no decurso deste trimestre.

Recorde-se que a atualização em curso deverá confirmar que a realização do projeto se traduzirá num benefício para toda a Sociedade, quer em termos sociais e ambientais, como económicos. E assegurar a criação de um sistema de mobilidade moderno, eficaz e atrativo, em resposta às necessidades da população a servir e adequado ao (potenciando o) modelo de desenvolvimento que a região e o país necessitam.

A sociedade Metro Mondego, S.A. (Metro Mondego) participou ativamente nas ações desenvolvidas, destacando-se a colaboração (e propostas) prestada à Tutela e, em particular, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e à Infraestruturas de Portugal.

Refira-se, de entre os elementos elaborados pela Metro Mondego, a *“Reflexão sobre a execução e operacionalização do projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) / solução Metrobus”*, onde se identificam e analisam de forma sistematizada possíveis cenários para a operacionalização do Projeto.

A análise e reflexão efetuadas cobrem os seguintes aspetos:

- Modelo de contratação da implementação [ou execução] e exploração;
- Modelo organizacional na fase de investimento: Decisor final e promotor (e consultores principais) responsável pela coordenação global e pela conceção do sistema, incluindo a realização dos vários estudos, projetos de execução, financiamento e concursos;
- Modelo organizacional na fase de exploração: responsabilidades pela operação (serviço) e gestão do contrato;
- Modelo de financiamento na fase de exploração: incluindo as responsabilidades do Estado central e dos municípios, na exploração e reinvestimento em renovações de infraestruturas e veículos).

No mesmo expressou-se, ainda, a necessidade de as bases da concessão deverem ser oportunamente adaptadas.

A superação definitiva da situação atual, a realização de obras e o início da operação, continuaram (e continuam) a ser os objetivos essenciais, sendo que para tal, como se tem afirmado, será necessário garantir com objetividade e determinação "decisões e consensos que [possam...] ser adotados, pela Tutela e Acionistas" e assegurar a disponibilidade e utilização das verbas dos fundos comunitários, sendo certo que o calendário para a realização do SMM no quadro do Portugal 2020 está "condicionado" pelas regras de utilização e limites temporais muito próximos [e exigentes].

Dentro dessa conjuntura a Metro Mondego tem vindo a prosseguir a sua atividade tendo como objetivos prioritários a procura da garantia das condições visando a realização do projeto do SMM, bem como que da sua atuação em nada se onere ou protele a execução do projeto.

## 2. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

A Metro Mondego é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando o sector empresarial do estado (cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto).

Os membros do Conselho de Administração da Metro Mondego estão sujeitos ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro.

A Metro Mondego tem como missão:

- IMPLEMENTAR e DESENVOLVER um sistema de mobilidade nos municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, otimizando a utilização dos recursos públicos afetos ao projeto;
- GARANTIR um modo de transporte ecológico, moderno, confortável e seguro com uma adequada oferta de serviço e que promova a mobilidade da população;
- INTEGRAR o sistema num processo de modernização e articulação dos sistemas de transporte, contribuindo para a melhoria das acessibilidades e do desenvolvimento económico e social, bem como para as condições de integração territorial e de planeamento e ordenamento urbano.

e como visão:

- Ser uma organização inovadora e reverente, interagindo com a população e assegurando a implementação, o acompanhamento e a monitorização eficazes da subconcessão do Sistema de Mobilidade do Mondego, de forma a garantir elevados padrões de qualidade de serviço público;
- Ser capaz de planear e implementar atividades complementares, de forma a rendibilizar os recursos existentes e a sustentar o seu desenvolvimento;
- Ser um agente de integração dos sistemas de transporte local promovendo a mobilidade das populações e um parceiro ativo no planeamento e ordenamento urbano.

Enquanto concessionária, a Metro Mondego tem como objeto e atividade principal a realização das prestações inerentes à concessão, ou seja, a conceção, projeto, realização das obras de construção, fornecimento, montagem e manutenção do material circulante e dos demais equipamentos que constituem o sistema objeto da concessão e sua exploração, bem como assegurar os serviços rodoviários alternativos ao antigo serviço ferroviário.

Pode ainda exercer as seguintes atividades autónomas, que são acessórias do objeto da concessão e destinam-se a assegurar os fins sociais do sistema de transporte concessionado e o equilíbrio comercial da sua exploração:

- a) Exploração comercial, direta ou indireta de estabelecimentos comerciais, escritórios, salas de exposições, máquinas de venda de produtos e serviços de publicidade aposta nas instalações do sistema ou no material circulante;



- b) Promoção, direta ou indireta, da construção ou venda de edifícios para fins comerciais, industriais ou residenciais nos terrenos ou edifícios que integrem o seu património, nomeadamente, devido a entradas dos acionistas;
- c) Prestação de serviços, nomeadamente de consultadoria e de apoio técnico;
- d) Transferência de tecnologia e de *know-how*.

O Projeto do SMM encontra-se numa fase de redefinição das condições e termos da sua realização, visando: a redução dos valores de investimento e a garantia de uma análise (custo-benefício) socioeconómico positiva - imprescindível para assegurar a disponibilização de novos fundos (nomeadamente comunitários) - e a consequente realização dos projetos de execução e sua implementação.

O Governo anunciou em Junho de 2017 a solução a adotar, em *Metrobus*.

De acordo com o calendário apresentado, a realização dos projetos de execução e a sua aprovação deverão estar concluídos até ao 3º trimestre de 2019, estimando-se a realização das empreitadas (duração prevista de 15 meses) entre o 4º trimestre de 2019 e o 1º trimestre de 2021, com a entrada em serviço do SMM ainda no decurso deste trimestre.

A realização do projeto traduzir-se-á num benefício para toda a Sociedade, quer em termos sociais e ambientais, como económicos, assegurando a criação de um sistema de mobilidade moderno, eficaz e atrativo, em resposta às necessidades da população a servir e adequado ao (potenciando o) modelo de desenvolvimento que a região e o país necessitam.

Da “*Reflexão sobre a execução e operacionalização do projeto do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) / solução Metrobus*”, identificaram-se e analisaram-se de forma sistematizada os cenários para a operacionalização do Projeto:

- Modelo de contratação da implementação [ou execução] e exploração;
- Modelo organizacional na fase de investimento: Decisor final e promotor (e consultores principais) responsável pela coordenação global e pela conceção do sistema, incluindo a realização dos vários estudos, projetos de execução, financiamento e concursos;
- Modelo organizacional na fase de exploração: responsabilidades pela operação (serviço) e gestão do contrato;
- Modelo de financiamento na fase de exploração: incluindo as responsabilidades do Estado central e dos municípios, na exploração e reinvestimento em renovações de infraestruturas e veículos).

Mantendo-se a missão, objetivos e políticas, não pode deixar de se referir por tudo o que atrás foi dito, a necessidade de as bases da concessão serem oportunamente adaptadas.

O relançamento do projeto com a realização de obras e o início da operação, continuam a ser os objetivos essenciais, sendo que para tal, será necessário garantir com objetividade e determinação “decisões e consensos [...] a serem prosseguidos e] adotados, pela Tutela e Acionistas” e assegurar a disponibilidade e utilização das verbas dos fundos comunitários, sendo certo que o calendário para a realização do SMM no quadro do Portugal 2020 está “condicionado” pelas regras de utilização e limites temporais muito próximos [e exigentes].

Dentro dessa conjuntura a Metro Mondego prossegue a sua atividade tendo como objetivos prioritários a procura da garantia das condições visando a realização do projeto do SMM, bem como que da sua atuação em nada se onerasse ou protelasse a execução do projeto.

O projeto do SMM torna-se essencial à resolução dos problemas de mobilidade e integração intermodal (interoperabilidade), que se verificam atualmente.

A Metro Mondego pode ser considerada, essencialmente, uma empresa de projeto, não tendo receitas de exploração, uma vez que o SMM não se encontra em exploração do serviço público.

A Metro Mondego, sem prejuízo da nova definição pela Tutela e acionistas, mantém como Visão a promoção e realização do transporte público – o SMM – atrativo, moderno, eficiente e sustentável, como contributo essencial para o desenvolvimento e economia da região e atento ao objetivo de internacionalização do sistema urbano da região como previsto no PNPT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território). Para tal é essencial a melhor atenção na satisfação (nesta fase de não degradação e melhoria) das condições de mobilidade das populações, procurando o reforço da intermodalidade e integração entre os diversos sistemas de transporte e das políticas de mobilidade com o ordenamento do território. Para alcançar estes valores é essencial a articulação com cada um dos municípios e com a CIM (Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra).

A Metro Mondego, tem vindo a cumprir o Plano de Atividades e Orçamento anual apresentado.

### 3. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social é representado por 1.075.000 ações de valor nominal de 1 euro (todas da mesma categoria, não existindo direitos preferenciais). Não se regista alteração do capital social desde 2001.

O capital social da Metro-Mondego, S.A. (1.075.000 €) está, desde Junho de 2001, distribuído pelos acionistas da seguinte forma:	Estado	53%
	Município de Coimbra	14%
	Município de Miranda do Corvo	14%
	Município da Lousã	14%
	(Infraestruturas de Portugal	2,5%
	CP	2,5%

A oneração de ações, ou a sua alienação a terceiros, ficam sujeitas a autorização prévia por parte da Tutela Financeira e Técnica.

O acordo parassocial dos acionistas da Metro Mondego, celebrado a 03/07/2001, encontra-se desatualizado em face das alterações aos estatutos ocorridas, na parte em que estabelece (no artigo 4.º) que, relativamente ao Conselho de Administração, o “Estado terá o direito a designar quatro membros, e de entre eles o presidente” e que “O grupo de acionista constituído pelos Municípios terá o direito a designar três membros”. De igual modo, prevê a existência de uma comissão executiva, entretanto suprimida, onde figurariam obrigatoriamente dois dos administradores designados pelo Estado - sendo um deles o presidente do conselho de administração - e um dos administradores designado pelos Municípios.

No artigo 6.º, o referido acordo refere que, quanto à mesa da assembleia geral, cabe ao Estado designar o presidente, aos Municípios o Vice-presidente, e à CP e REFER (atual Infraestruturas de Portugal), alternadamente, o secretário.

Mais se diz, no artigo 7.º, que a designação do fiscal único efetivo caberá ao Estado.

Com a alteração dos Estatutos, operada na Assembleia Geral de 07 de Novembro de 2012, o Conselho de Administração passou a ser constituído por três elementos (em vez dos anteriores sete), dos quais apenas um é executivo (em vez de três).

Na sequência desta alteração e em respeito com o atual regime de nomeação de gestores públicos a lista para o Conselho de Administração foi apresentada pelo Estado depois dos respetivos nomes terem sido apreciados pela CReSAP.



## 4. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

A Metro Mondego não tem nem alienou qualquer participação social em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.

À Metro Mondego não chegou qualquer comunicação que altere a posição relativamente ao facto de não existirem participações sociais, quer de qualquer órgão social quer da empresa, que, direta ou indiretamente, provoquem conflitos de interesse, atuais ou potenciais, entre membros de órgãos sociais e a sociedade, designadamente de despesas por si realizadas.

Os membros dos órgãos de administração têm presente que não podem interferir e decidir em interesses próprios, excluindo-se destes processos quando existam.

Acresce que não existem relações comerciais entre a Metro Mondego e os titulares de participações, à exceção da que respeita aos reembolsos à CP pelos valores por esta pagos pelos Serviços Rodoviários Alternativos, o que tem legal enquadramento nas Bases da Concessão.

## 5. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### A. Modelo de Governo

O modelo de governo adotado pela Metro Mondego é o modelo clássico composto pelo Conselho de Administração, Fiscal Único e Assembleia Geral.

### B. Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Remuneração Anual em 2017 (€)	
			Fixada <sup>(1)</sup>	Bruto Pago <sup>(2)</sup>
2012-2014	Presidente	Luís Miguel Correia Antunes	615	-
2012-2014	Vice-Presidente	Paulo Jorge Carvalho Leitão	308	-
2012-2014	Secretária	Sónia Pujalrás	308	-

(1) Valor da Senha de presença fixada

(2) Não são aplicáveis reduções remuneratórias

O mandato para o triénio de 2012 a 2014 teve início a 7 de novembro de 2012.

Não foi realizada Assembleia Geral durante o exercício de 2017.

Quanto à assembleia geral, de acordo com o n.º 2 do artigo 12.º dos estatutos: “As deliberações que importem alterações aos estatutos, aumentos e reduções de capital, emissão de ações preferenciais e realização de prestações acessórias, fusão, cisão ou dissolução só poderão ser aprovadas com o voto concordante, em primeira convocação de assembleia geral, de acionistas que representem pelo menos dois terços do capital social”.

Dispõe o n.º 3 do mesmo artigo que: “Em segunda convocação, as deliberações referidas no número anterior podem ser aprovadas por votos que representem a maioria do capital”.

### C. Administração e Supervisão

1.

Compete à Assembleia Geral a nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração e restantes Órgãos Sociais nos termos da alínea b), do nº 1 do artigo 12º dos estatutos.

2.

O Conselho de Administração é composto por 3 membros (desde novembro de 2012), incluindo o Presidente do Conselho de Administração designados por um período de 3 anos.

Esta estrutura do Conselho de Administração é fixa. O mandato para o triénio de 2012 a 2014 teve início a 7 de novembro de 2012. Em Assembleia Geral Ordinária de 2016 (18/05/2016; 23/06/2016 e 06/09/2016), no ponto quatro, o Acionista maioritário Estado propôs votar favoravelmente a não deliberação da eleição dos órgãos sociais “por não se encontrarem reunidas as condições para o efeito”.

3.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Nº Mandatos	Observações
			Forma	Data		
<b>2012-2014</b>	Presidente (executivo)	João José Nogueira Gomes Rebelo	AG	07-12-2012	1	(1)
<b>2012-2014</b>	Vogal (não executivo)	Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira	AG	07-12-2012	5	(2)
<b>2012-2014</b>	Vogal (não executivo)	Leonel Serra Nunes Pedro	AG	07-12-2012	1	-

(1) Por cedência especial de interesse público (CCDRC). O “termo do exercício das mesmas funções deve apenas processar-se de acordo com o disposto no nº 3 do art.º 10º dos estatutos da empresa e no nº 4 do art.º 391º do CSC [Código das Sociedades Comerciais]”, como confirmado na informação do Centro de Competências Jurídicas do Estado (JURISAPP).

(2) O Vogal Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira iniciou o 1º mandato a 6 de junho de 2002.

No que respeita ao conselho de administração, de acordo com o n.º 2 do art.º 17º dos estatutos, o mesmo não poderá deliberar qualquer um dos assuntos a seguir mencionados sem o acordo da maioria dos seus membros:

- a) Alienação, oneração ou locação de ativos corpóreos, incorpóreos e financeiros, bem como a realização de operações que impliquem o financiamento a terceiros ou endividamento da sociedade de montante igual ou superior a 10% dos capitais próprios tal como constarem do último balanço devidamente aprovado;
- b) Participação da sociedade no capital de outras sociedades, em agrupamentos complementares de empresas, e a celebração de contratos de consórcio e de quaisquer outros acordos ou contratos de cooperação e de associação em participação;
- c) Lançamento de concursos ou procedimentos para a contratação das prestações necessárias à conceção e projeto, à realização das obras de construção, ao fornecimento, montagem e manutenção do material circulante e dos demais equipamentos que constituem o sistema de metro e à sua exploração, bem como as respetivas adjudicações;
- d) Abertura de sucursais, delegações, escritórios de representação e a alteração do local da sede social;
- e) Âmbito das atribuições e competências da comissão executiva;
- f) Vinculação em qualquer ato ou contrato cujo impacto financeiro global para a sociedade seja superior a 10% dos capitais próprios desta, tal como constarem do último balanço devidamente aprovado.

4.

A síntese curricular de cada um dos membros dos órgãos sociais encontra-se em anexo a este relatório. Não existe Conselho Geral e de Supervisão.

5.

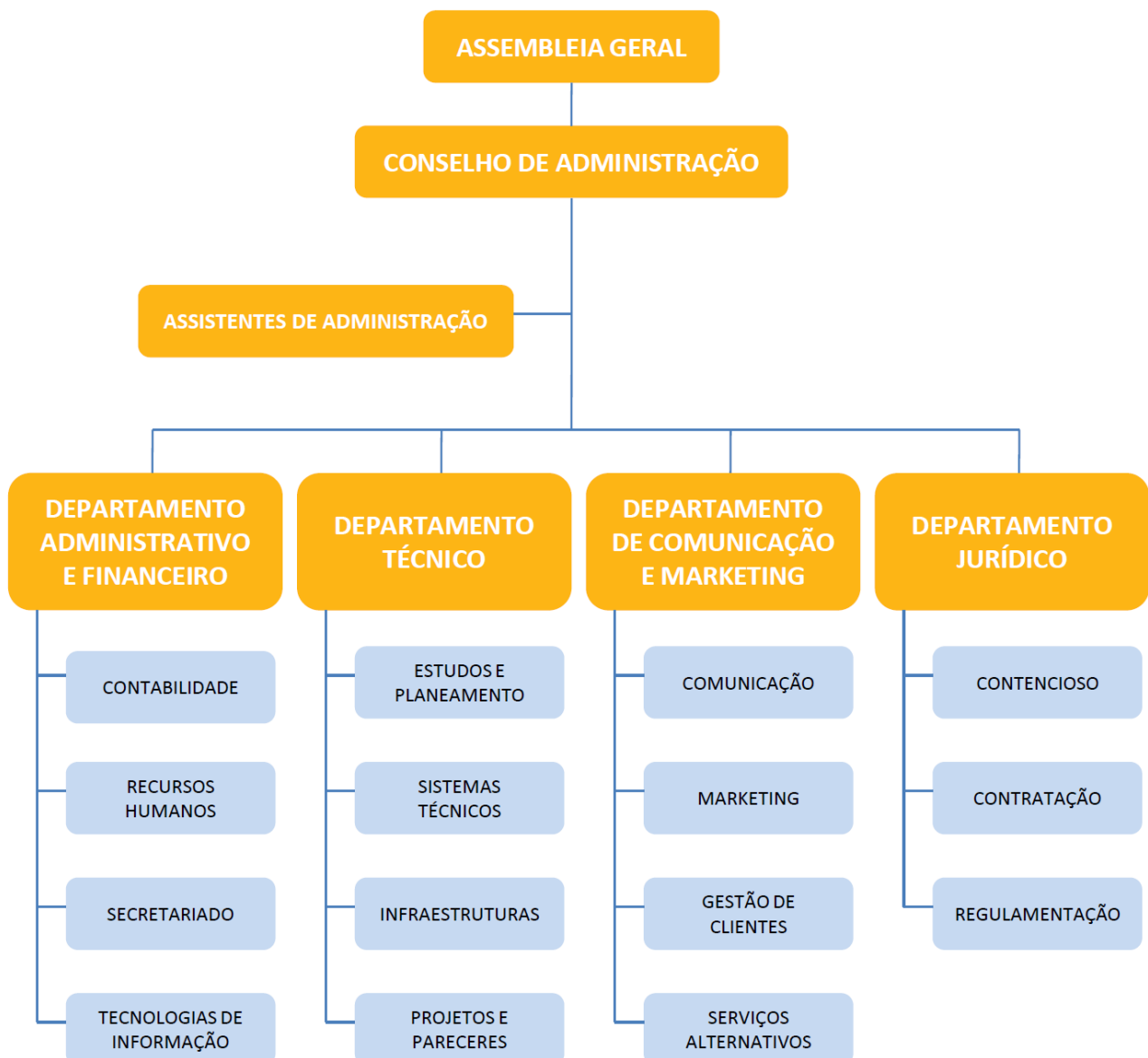
As Declarações de Incompatibilidades do Conselho de Administração encontram-se em anexo.

6.

Não existem relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais ou significativas de qualquer membro do Conselho de Administração com acionistas.

7.

Organograma da Metro Mondego:



8.

Ao Conselho de Administração cabe designadamente o desempenho das seguintes funções: execução, acompanhamento e controlo das prestações do contrato ou contratos celebrados; elaboração do projeto e plano de atividades e orçamento da sociedade; supervisão de todos os departamentos e serviços da sociedade; seleção e contratação de pessoal, técnicos e consultores; gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações respeitantes ao objeto social; representar a sociedade; estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as normas de funcionamento interno quanto ao pessoal e à remuneração; exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas pela lei ou pela assembleia geral.

O Conselho de Administração reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês, só podendo deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros. Em 2017 o Conselho de Administração reuniu 16 vezes, sempre com a presença dos 3 elementos que o compõem. A delegação de competências de gestão no Presidente do Conselho de Administração não exclui a competência do Conselho de Administração para tomar resoluções sobre os mesmos assuntos. O Presidente do Conselho de Administração está obrigado a prestar ao Conselho de Administração todas as informações relativas aos negócios da sociedade, em ordem a permitir o acompanhamento da gestão da empresa e o esclarecimento de questões concretas das matérias delegadas. Durante os anos de 2016 e 2017 foram realizadas, respetivamente, 18 e 18 reuniões do Conselho de Administração, com a presença de todos os seus membros.

No atual modelo de governo da Metro Mondego, o Presidente do Conselho de Administração é, como referido, o único elemento executivo.

A estrutura reduzida da Metro Mondego, tem tornado desnecessária a utilização da figura da delegação de competências.

Não existem comissões no seio do órgão de administração e o Fiscal Único afigura-se como o órgão da sociedade competente para avaliar o desempenho dos administradores, para além da Assembleia Geral.

Os Administradores não executivos elaboram uma análise anual à Gestão da Sociedade.

A avaliação de desempenho do Administrador Executivo assenta em critérios pré-determinados, constituídos pelos seguintes indicadores:

- Estratégia de gestão, tendo em vista a minimização da assunção de compromissos de investimento para além dos já estabelecidos e imprescindíveis;
- Redução de despesa, de acordo com a lei aplicável e as instruções da Tutela;
- Adequação da estrutura à atividade da sociedade;
- Atuação de acordo com o interesse dos acionistas e o interesse público inerente à Concessão.

A Assembleia Geral assume-se como o Órgão Social competente para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, tendo vindo a manifestar votos de louvor pela prestação demonstrada.

Membro do CA	Cargo	Acumulação de Funções		
		Entidade	Função	Regime
<b>João Rebelo</b>	Presidente (executivo)	(1)	Vogal	IPSS (1)
<b>Carlos Ferreira</b>	Vogal (não executivo)	Câmara Municipal de Miranda do Corvo	Quadro Superior	Público
<b>Leonel Pedro</b>	Vogal (não executivo)	CP	Responsável pelo Material Circulante	Público

(1) É Vogal da Direção da “Casa de Repouso de Coimbra (ISS)”, Fundação particular de solidariedade social sem fins lucrativos. Vogal da Direção, não remunerado sem funções executivas. Autorizado pela tutela, conforme ofício nº 5078, de 9 de agosto de 2013, da DGTF.

Os Órgãos Sociais e o Conselho de Administração foram propostos pelo acionista maioritário Estado (53%), logo os seus elementos do Conselho de Administração são considerados independentes.

#### D. Fiscalização

A fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, com os poderes de vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstos.

A síntese curricular encontra-se em anexo a este relatório.

#### E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

ROC efetivo: Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833) em representação da Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados (SROC nº 116).

Suplente: Dr. João Manuel Rosa Lopes (ROC nº 1029).

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação		N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma	Data	
<b>2012-2014</b>		Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	-	20161435		04-05-2010	7
<b>2012-2014</b>	Fiscal Único Efetivo	José de Jesus Gonçalves Mendes	833	20160459	AG	04-05-2010	7
<b>2012-2014</b>	Fiscal Único Suplente	João Manuel Rosa Lopes	1029	20160643	AG	04-05-2010	7



Nome	Remuneração Anual 2017 (€)			
	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
<b>Rosa Lopes, Gonçalves Mendes &amp; Associados</b>	10.000	369	31	9.662

O mandato para o triénio de 2012 a 2014 teve início a 7 de novembro de 2012 com duração até 31 de dezembro de 2014. A eleição dos corpos sociais foi omissa quanto à eleição do Revisor Oficial de Contas, tendo o mesmo continuado a exercer funções.

Conforme já referido anteriormente, em Assembleia Geral Ordinária de 2016, suspensão e seguintes (18/05/2016; 23/06/2016 e 06/09/2016), no ponto quatro, o Acionista maioritário Estado propôs a não eleição dos órgãos sociais “por não se encontrarem reunidas as condições para o efeito”.

Em 2017 os acionistas não convocaram Assembleia Geral.

Relativamente ao exercício de funções do atual ROC refira-se que este cumpriu 8 anos até 31 de dezembro de 2017, encontrando-se ultrapassado o limite previsto no nº 2 do art.º 54º da Lei 140/2015, de 7 de setembro, sem prejuízo de o exercício de funções poder ser excecionalmente prorrogado até um máximo de 10 anos.

A Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados presta serviços enquanto fiscal único desde 4 de maio de 2010, eleito para o triénio 2010/2012, tendo continuado em funções até à data.

Não foram prestados outros serviços para além da Revisão Legal das Contas.

A Metro Mondego não participa da escolha do Revisor Oficial de Contas sendo matéria da competência dos Acionistas, assegurando desta forma a independência da gestão e da fiscalização.

## F. Auditor Externo

De acordo com os estatutos da Metro Mondego, não existe Auditor Externo.

## 6. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### A. Estatutos e Comunicações

As alterações dos estatutos estão sujeitas às regras gerais, concretamente, ao disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (artigo 36.º) e no Código das Sociedades Comerciais.

- **Decreto-Lei 10/2002 de 24 de Janeiro**

Este documento atribui à Metro Mondego a concessão de serviço público, da exploração de um sistema de metro ligeiro de superfície nos municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

Define as **Bases de Concessão do Sistema de Metro Ligeiro de Superfície**, orientadoras quanto a disposições e princípios gerais, bens e meios afetos à concessão, regime financeiro, relações com o concedente, obrigações diversas da concessionária e escolha da subconcessionária.

Aprova ainda os **Estatutos da Sociedade**. Estes vieram a ser objeto de alteração na Assembleia Geral da Metro Mondego realizada em 7 de Novembro de 2012, em concreto o seu artigo 16º, passando o Conselho de Administração a ser constituído (reduzido para) por três administradores, dos quais só um executivo.

- **Decreto-Lei 226/2004 de 6 de Dezembro**

Altera o DL 10/2002, introduzindo algumas alterações, designadamente, decorrentes da aplicação do regime jurídico previsto no Decreto-Lei 86/2003, de 26 de Abril e alargamento do prazo de concessão para 40 anos.

- **Ata nº 49 da Assembleia Geral de 7 de Novembro de 2012**

Alteração do artigo 16.º dos Estatutos para a seguinte nova redação:

Composição

- 1- O conselho de administração é composto por três membros
- 2- O conselho de administração integra um administrador executivo, ao qual é delegada a gestão corrente da sociedade e os seguintes poderes ou competências, entre outras a constar em regulamento aprovado pelo conselho de administração:
  - a. Execução, acompanhamento e controlo das prestações do contrato ou contratos celebrados pela sociedade, designadamente de subconcessão, para a conceção, projeto, realização das obras de construção, fornecimento e montagem do material circulante e exploração e para supervisão e coordenação das ações a realizar pela empresa que vier a ser escolhida para a fiscalização daquelas prestações;

- b. Elaboração do projeto de plano de atividades e orçamento da sociedade e ainda das contas semestrais da sociedade;
- c. Supervisão de todos os departamentos e serviços da sociedade;
- d. Seleção e contratação de pessoal, técnicos e consultores necessários à promoção e acompanhamento das atividades da sociedade, desde que de acordo com o plano de atividades e orçamento aprovado;
- e. Vinculação da sociedade, em quaisquer atos ou contratos, desde que inseridos em projetos, medidas, planos de negócios ou outros documentos previamente aprovados pelo conselho de administração, assim como a emissão de ordens de pagamento, cheques ou transferências bancárias necessários à execução dos atos ou contratos aqui referidos.

A dimensão reduzida da Metro Mondego e a segregação de funções, quanto possível, são mecanismos que previnem a fraude organizacional. Esta situação deverá ser revista aquando do crescimento da empresa.

A sociedade tem em vigor, revisto em dezembro de 2016, um plano de prevenção dos riscos de corrupção. Acresce ainda, apesar da reduzida dimensão, o facto de a Metro Mondego ter começado a promover uma reunião anual geral interna de identificação e debate de fraude e corrupção no sentido de identificar mecanismos de mitigação quanto a possíveis situações de fraude e corrupção.

No âmbito da implementação do novo regime contabilístico com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, a Metro Mondego irá proceder, durante o ano de 2018, à revisão do Plano, decorrente das alterações, nomeadamente, da introdução de novos processos e a desmaterialização dos mesmos.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas é disponibilizado no site institucional:

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/PlanoAntiCorrup%C3%A7%C3%A3o/tabid/212/Default.aspx>

Relativamente aos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade, a reduzida estrutura permite que o controlo sectorial seja efetuado reciprocamente, pela intervenção de, pelo menos, dois profissionais, em contacto permanente e direto com o Conselho de Administração. Qualquer suposta irregularidade que ocorra num certo departamento chega imediatamente ao topo da hierarquia societária, devido à já referida inexistência de uma organização estratificada.

## B. Controlo Interno e Gestão de Riscos

Sendo a Metro Mondego uma entidade de reduzida dimensão, não é impeditivo de apresentar uma estrutura organizada. Desde a aplicação de uma política de segregação de funções, sempre que é possível aplicar, a adoção de processos administrativos e de funcionamento integrados, tais como *workflows* automáticos que segmentam passos de tarefas, para obter um melhorado controlo interno. A utilização de gestão documental e a adoção de um *software* de gestão integrado demonstram a preocupação sobre o controlo da atividade desenvolvida pela empresa. A informação financeira complementada com uma abordagem analítica de projetos, *workorders*, naturezas e recursos aliando o processo de validação em sistema de *workflow* para uma adequada validação da informação inserida, possibilitam um nível de detalhe informativo sob vários prismas. O Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, atualizado e aprovado em dezembro de 2016, em anexo, estabelece orientações sobre a prevenção de riscos de gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, os critérios de risco, as funções e as responsabilidades na estrutura e organização. O Plano entra, conforme já atrás referido, em processo de revisão e atualização no decurso de 2018.

O sistema de controlo interno implementado na empresa é compatível com a reduzida dimensão da empresa. Numa base anual é realizado o Plano de Atividades e Orçamento que tem acompanhamento da execução mensal e emissão de relatórios trimestrais pelo Departamento Administrativo e Financeiro (DAF) e acompanhamento pelo Revisor Oficial de Contas com emissão do relatório que são conjuntamente apresentados ao Conselho de Administração e submetidos no SIRIEF (DGTF).

Os administradores não executivos acompanham regularmente a situação da empresa através das reuniões de Conselho de Administração.

O Controlo Financeiro é também supervisionado pelas DGTF, DGO, INE, IGF e TC.

Não existe um órgão específico de gestão e controlo de risco, sendo naturalmente uma tarefa do DAF que realiza a monitorização mensal da execução comparativamente ao previsto, despoletando um alerta à Administração sempre que seja possível identificar probabilidades de desvios futuros ou na verificação desses desvios. Adicionalmente, cada departamento tem pelo menos um responsável por projetos (subdivisão atribuída a vários tipos de atividade no ano), que tem a responsabilidade de controlar a respetiva execução face ao plano orçamental.

A Metro Mondego identifica os seguintes riscos de atividade:

<b>Riscos Económicos</b>	Na atual situação do projeto, os riscos económicos presentes advêm de fatores externos, que impeçam a definição e apresentação de solução para o sistema de mobilidade do mondego. O adiamento sucessivo do projeto é também o reflexo das dificuldades económicas do país. Ao mesmo tempo, essas condições económicas adversas têm provocado redução da procura nos concelhos envolvidos e com impacto direto na viabilidade do investimento a realizar.
<b>Riscos Financeiros</b>	As variações das taxas de juro podem ser relevantes na tomada de decisões de financiamento para o projeto. Atualmente a Metro Mondego não tem qualquer solução de financiamento em curso. A eventual não atribuição da dotação em Orçamento de Estado/Apoios Comunitários
<b>Riscos Operacionais</b>	O adiamento da implementação do projeto e a solução alternativa rodoviária podem provocar uma habituação dos atuais utilizadores com sérias penalizações na implementação de uma solução devidamente enquadrada. A segurança dos utentes que utilizam o serviço alternativo rodoviário, que já dura há mais de 6 anos, na sequência do incremento do número de viaturas pesadas de passageiros em estradas sinuosas e a degradação do estado dessas estradas.
<b>Riscos Jurídicos</b>	As alterações legislativas, com impacto nas bases de concessão ou matérias jurídicas relevantes com impacto na empresa.

A elaboração das contas bem como de relato financeiro não estão separadas devido ao facto de não haver dimensão mínima para que a segregação funcional seja efetivamente possível nesta área. Toda a informação provém do Departamento Administrativo e Financeiro, fazendo contudo, separação entre a produção de contas e o relato das mesmas. A empresa faz vários reportes de informação financeira, espelhado no quadro abaixo.

Entidade	Tema	Informação	Periodicidade
DGTF	SIRIEF	Custos operacionais/DFC/PMP/Saldo em Dívida	Mensal
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - DFC previsional ajustada	Mensal
DGO	SIGO	Execução orçamental	Mensal
DGTF	SIRIEF	Informação Estável - Carregamento de documentos	Trimestral
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - PMP, Dívidas, UT	Trimestral
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Demonstrações Financeiras	Trimestral
DGO	Serviços Online	Balancete Analítico	Trimestral
DGTF	SIRIEF	Responsabilidades Contingentes	Trimestral
INE	CTAP	Balancete	Trimestral
INE	WEBInq	Inquérito Trimestral - Despesas com Pessoal	Trimestral
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Execução ( Endividamento, DACP, Indicadores RH, EFP, Passivo Remunerado, Benefícios)	Anual
DGTF	SIRIEF	Informação Financeira - Previsional (Demonstrações Financeiras, Gastos Operacionais)	Anual
DGTF	SEE	Informação Site SEE (informação financeira, Modelo de Governo, EFP, Remunerações)	Trimestral
Tribunal de Contas	TC	Prestação de Contas	Trimestral

As contas anuais da empresa são divulgadas no *site* institucional:

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/Relat%C3%B3rioContas/tabid/61/Default.aspx>



### C. Regulamentos e Códigos

A Metro Mondego obedece ao Estatuto do Gestor Público bem como aos estatutos da sociedade.

Em matéria de contratação pública a Metro Mondego aplica as seguintes medidas:

- A despesa, independentemente do valor, é sempre sustentada por informação do Departamento que a sugere, com sujeição à apreciação do Conselho de Administração. A necessidade de contratar é, nesse contexto, cuidadosamente analisada, quer do ponto de vista económico, quer na análise efetuada sobre a ausência de soluções internas, bem como ainda da explicitação dos objetivos a alcançar.
- Estão implementados critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Direto, com consultas muito frequentes ao mercado, de forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites;
- As consultas prévias ao mercado são sempre elaboradas por técnicos da Metro Mondego e as decisões finais são determinadas pelo Conselho de Administração;

A Metro Mondego disponibiliza o Código de Ética no *site* institucional:

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/C%C3%B3digode%C3%89tica/tabid/205/Default.aspx>

O Código de Ética foi elaborado em 2010, numa lógica de benchmarking, mas sem inspiração direta nas normas NP 4460-1: 2007 e NP 4460-2: 2010.

Será atualizado decorrente das orientações que vierem a ser definidas quanto ao projeto.

O plano de anticorrupção foi divulgado internamente por email, com a última revisão realizada em dezembro de 2016, encontrando-se disponível no *site* institucional:

<http://www.metromondego.pt/LinkClick.aspx?fileticket=Y33JeQb6GuQ%3d&tabid=212>

Foi realizada revisão, a 12 de dezembro de 2016, após ter circulado por todos os colaboradores, a atualização do plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

As medidas mitigadoras dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas adotadas constam do referido Relatório na sua Parte III (Medidas Preventivas dos Riscos).

#### **D. Deveres especiais de informação**

A Metro Mondego, dando cumprimento aos deveres de informação, nomeadamente ao reporte da informação económica e financeira, comunica para a plataforma SIRIEF, para o Setor Empresarial do Estado, para a DGO, tanto pelos Serviços Online como no SIGO. Encontra-se ainda a realizar prestação de contas ao Tribunal de Contas e ao INE, conforme já indicado no ponto B – Controlo Interno e Gestão de Riscos.

Em particular, no que se refere às alíneas d) a i) do nº 1 do artigo 44º do RJSPE, o reporte da informação é feito conforme se indica:

<i>a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;</i>	<i>Não aplicável</i>
<i>b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;</i>	<i>Não aplicável</i>
<i>c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;</i>	<i>Reporte efetuado em: Plataforma SIRIEF, Plataforma SIGO e DGO Serviços Online</i>
<i>d) Orçamento anual e plurianual;</i>	<i>Reporte efetuado em: Plataforma SIRIEF, Plataforma SIGO e DGO Serviços Online</i>
<i>e) Documentos anuais de prestação de contas;</i>	<i>Reporte efetuado em: Plataforma SIRIEF</i>
<i>f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.</i>	<i>Reporte efetuado em : Plataforma SIRIEF</i>

A Metro Mondego disponibiliza, após aprovação em Assembleia Geral, no seu site institucional o Relatório e Contas para consulta do público em geral, contendo a informação relativa à atividade da empresa do período a que respeita no âmbito do cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita.

## **E. Sítio de Internet**

A *site* institucional da Metro Mondego é <http://www.metromondego.pt>.

Nele estão disponibilizados:

a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC

<http://www.metromondego.pt/Contactos/tabid/79/Default.aspx>

b) Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Estrutura/Estatutos/tabid/214/Default.aspx>

c) Identificação dos titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Estrutura/%C3%93rg%C3%A3osSociais/tabid/179/Default.aspx>

d) Documentos de prestação de contas anuais

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/Relat%C3%B3rioContas/tabid/61/Default.aspx>

e) Obrigações de serviço público: inexistente em consequência da interrupção do projeto de SMM.

f) Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos 3 anos

<http://www.metromondego.pt/Empresa/Documentos/Dota%C3%A7%C3%B5esdoOr%C3%A7amentodeEstado/tabid/215/Default.aspx>

## **F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral**

Não existe contrato de prestação de serviço público.

## 7. REMUNERAÇÕES

### A. Competência para a Determinação

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são estabelecidas por uma Comissão de Fixação de Remunerações, constituída por 3 membros, estando os atuais montantes definidos de acordo com a Ata nº 2 de 22 de Julho de 2003. Desde essa data, a Comissão não voltou a deliberar e atualmente não está nomeada nova Comissão.

As remunerações estão abaixo do estipulado no Estatuto do Gestor Público, de acordo com a classificação da sociedade como categoria C.

O Administrador Executivo prescindiu, embora previsto, da utilização de viatura para uso total, fazendo apenas utilização exclusiva de deslocação em serviço.

As nomeações dos membros da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão de Fixação de Remunerações (CFR) são da competência dos acionistas.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	CFR
Remuneração dos membros da Comissão Executiva	CFR
Remuneração dos dirigentes	NA

### B. Comissão de Fixação de Remunerações

Não está nomeada.

### C. Estrutura das Remunerações

As remunerações dos elementos da Mesa da Assembleia Geral são realizadas sob a forma de senhas de presença. Os elementos do Conselho de Administração auferem um vencimento mensal. O elemento executivo obtém uma remuneração base (14 meses) e despesas de representação (12 meses), acrescendo o subsídio de almoço por cada dia trabalhado. Quanto aos elementos não executivos auferem uma remuneração base (14 meses).

As remunerações processadas estão de acordo com a ata nº 2 da Comissão de Fixação de Remunerações, em sintonia com o Estatuto do Gestor Público e Legislação relativa aos cortes remuneratórios aplicáveis em 2017.

Não existem remunerações variáveis nem contrato de gestão com prémios definidos.

A Metro Mondego não detém qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada, tanto para administradores como para trabalhadores.

Não houve, em 2017, indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

#### D. Divulgação das Remunerações

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Presidente (executivo)	Vogal (não executivo)	Vogal (não executivo)	Total CA
	João Rebelo	Carlos Ferreira	Leonel Pedro	
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim	
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	70.856 €	7.960 €	7.960 €	86.776 €
Entidade pagadora (origem/Destino)				
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	70.856 €	7.960 €	7.960 €	86.776 €
1.1. Remuneração Anual	59.748 €	8.611 €	8.611 €	76.970 €
1.2. Despesas de Representação (Anual)		-	-	14.934 €
1.3. Senha de presença (Valor Anual)	-	-	-	-
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	3.826 €	431 €	431 €	4.688 €
1.5. Redução decorrente da Lei OE				
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	-	-	-	-
1.7. Reduções de anos anteriores				
2. Remuneração variável				
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)				
4. Outras (identificar)				
Subsídio de deslocação				
Subsídio de refeição	1.005 €	-	-	1.005 €
Encargos com benefícios sociais				-
Regime de Proteção Social (CGA/ADSE/Segurança Social)	17.273 €	1.943 €	1.943 €	21.158 €
Seguros de saúde	-	-	-	-
Seguros de vida	-	-	-	-
Seguro de Acidentes Pessoais	646 €	-	-	646 €
Outros (indicar)	-	-	-	
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)				
Entidade (identificar)	Não	-	-	



Membro do CA	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta € Vencimento	Despesas de Representação
<b>Presidente</b>	N	C	3.914	1.566
<b>Vogal</b>	N	C	979	n/a
<b>Vogal</b>	N	C	979	n/a

Nota: Valores de referência de acordo com o EGP para a categoria C da empresa

Membro do CA	Remuneração Anual 2017 (€)					
	Fixa (*)	Variável	Bruta (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
<b>João Rebelo</b>	72.702	-	72.702	-	-	72.702
<b>Carlos Ferreira</b>	7.960	-	7.960	-	-	7.960
<b>Leonel Pedro</b>	7.960	-	7.960	-	-	7.960

(\*) Vencimento e despesas de representação sem redução remuneratória

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual	Identif.	Encargo anual	Encargo anual	Encargo anual	Identif.	Encargo anual
<b>João Rebelo</b>	4,77	1.005	CGA	17.273	646	-	-	-
<b>Carlos Ferreira</b>	-	-	SS	1.943	-	-	-	-
<b>Leonel Pedro</b>	-	-	SS	1.943	-	-	-	-

Não existem outros montantes pagos por relações de domínio ou de grupo, nem de qualquer participação em lucros ou prémios, nem de qualquer indemnização.

As remunerações auferidas pelos elementos da Mesa da Assembleia Geral e Fiscal Único estão refletidas nos quadros dos pontos 5.B. e 5.E., respetivamente.

## 8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1. A Metro Mondego rege-se pelo Código da Contratação Pública (aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro) e demais normas e diplomas atinentes.

Nesse sentido, tem já implementado, nos termos da lei, uma plataforma eletrónica de contratação pública pelo que procede às publicitações, nos termos exigidos pela lei, das relações contratuais com terceiros.

No que respeita aos ajustes diretos, a norma seguida na empresa passa pela atenção às condições de mercado, observando, com variações pontuais consoante os casos, comparações entre mais do que um fornecedor e prestadores de serviço. No decorrer do exercício não há aquisições ou prestação de serviço que alcancem 1 milhão de euros. O único montante mais próximo deste valor é de uma prestação com o total de 784.786 mil euros (inclui IVA) e diz respeito à operação de Serviços Alternativos no Ramal da Lousã.

Todas as transações são objeto de controlo financeiro e de execução pelo Departamento Responsável pela despesa bem como pelo DAF, sendo ainda verificado a taxa de execução face ao orçamento. Nos procedimentos de contratação de bens e serviços, e demais contratos procura-se, sempre que possível, realizar comparação ao nível da qualidade, preço, tempo e experiência.

Os FSE's em 2017 ascenderam a 112.111 € onde os seguintes fornecedores têm um custo associado superior a 5%:

Renda Edifício Sede	Herdeiros Prof. Ibérico Nogueira	35.641€
Assessoria Informática	Enso-origins	13.800€
Assessoria Jurídica	Dr. Rafael Reis	20.640€
Revisão de Contas	Dr. Gonçalves Mendes	9.662€

2. Resultante da interrupção do serviço ferroviários a partir de Dezembro de 2009, para a execução das empreitadas de infraestrutura de Miranda do Corvo/Serpins e Alto S. João/Miranda do Corvo, dando cumprimento ao nº 2 do art.º 6 do DL 226/2004 de 6 de Dezembro<sup>1</sup>, a CP tem contratado os Serviços Alternativos previstos, e a Metro Mondego mantém transações relevantes com esta entidade, cujo valor ascendeu a 648.798 € (liquido de IVA) em 2017.

<sup>1</sup> “Cabe à Metro Mondego assegurar a realização de transportes alternativos durante a fase de construção e implementação do sistema objeto de concessão, até à entrada em funcionamento deste”.

## 9. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

A Metro Mondego, enquanto concessionária do Sistema de Metro Ligeiro, tem vindo a desenvolver um vasto conjunto de ações tendo em vista a promoção da competitividade e rentabilidade socioeconómica do projeto, procurando garantir desta forma uma boa utilização dos bens públicos nele investidos. Destacam-se em particular as seguintes ações:

- Acompanhamento da execução de todos os estudos e projetos necessários, com a preocupação de que seja sempre procurada a melhor solução para o sucesso do projeto tendo sido tida particular preocupação em, de forma integrada e sustentada, otimizar as soluções, seja ao nível da redução de custos da infraestrutura (do traçado, localização das estações e sua integração funcional, equipamento e materiais), do material circulante (especificações técnicas a adotar e/ou cedência), das medidas (em articulação com as autarquias) de ordenamento, acessibilidade e do aumento da procura (incluindo integração com os outros modos de transporte/operadores) e plano de exploração, bem como da procura e garantias de fontes de financiamento;
- Acompanhamento das obras realizadas/em curso e sua manutenção, bem como da gestão e conservação do património (terrenos e prédios);
- Estudo das soluções técnicas mais adequadas à futura Linha do Hospital com particular preocupação com a estabilização das soluções na sensível e importante área (do ponto de vista patrimonial e histórico) do centro histórico, em particular na área reconhecida como património da humanidade, classificado pela Unesco em 2013), onde tem havido um esforço particular em reduzir os riscos de derrapagem temporal e financeira do projeto decorrentes de imprevistos achados arqueológicos ao longo do canal;
- Os estudos e projetos realizados para o SMM foram avaliados na sua componente ambiental nomeadamente através da análise dos estudos de impacte ambiental e da obtenção das Declarações de Impacte Ambiental, no âmbito do projeto. Também os projetos de execução foram validados pelas entidades respetivas na sua componente ambiental através da análise dos relatórios de conformidade ambiental dos projetos de execução (RECAPE).
- Também nas análises de custo benefício realizadas, a sustentabilidade económica, social e ambiental é verificada, tendo-se obtido valia positiva da conjugação de todos os fatores envolvidos.
- Desenvolvimento de todo um conjunto de estudos estratégicos quer ao nível da estimação da mobilidade e procura potencial e de identificação e proposição de estratégias para a sua maximização, quer ao nível dos previsíveis custos de exploração do sistema.

O cumprimento dos objetivos pretendidos ou estimados do projeto não puderam ainda ser verificados em virtude da implementação do projeto ter sido interrompida.

Por outro lado, apesar de ainda não se encontrar em operação, a Metro Mondego já assumiu compromissos ao nível do desenvolvimento sustentável. Em 13 de Maio de 2005, na presença da Gestora da União Internacional dos Transportes Públicos (UITP) para o desenvolvimento sustentável, a Metro Mondego tornou-se signatária da Carta para o desenvolvimento sustentável. A carta constituiu um compromisso voluntário mas mensurável, assumido pelos membros da UITP para implementar métodos de desenvolvimento sustentado nas suas organizações. Em 2007, a referida gestora da UITP, expressou o desejo da Metro Mondego incluir no caderno de encargos do seu projeto medidas que promovam o desenvolvimento sustentável, pois caso isso aconteça, o Sistema de Mobilidade do Mondego será considerado um dos metros mais verdes da Europa.

Não obstante a situação e limitações atuais, do ponto de vista económico, a Metro Mondego também olha para o interior da organização, através do incentivo prestado na valorização individual dos seus colaboradores. Promove a frequência de ações de formação que lhes acrescenta valor mas que também melhora as perspetivas de desempenho diário das funções que exercem. Esta promoção encontra-se condicionada na mesma medida da indefinição do projeto, aplicando a contenção de custos e recorrendo apenas a formações estritamente necessárias e urgentes.

A Metro Mondego é uma empresa de muito reduzida dimensão, atualmente com 9 colaboradores dos quais 2 são do sexo feminino. Nos últimos anos, saíram, por iniciativa própria, dois elementos do sexo feminino que inclusive ocupavam dois dos 3 lugares de coordenação de departamento da empresa, tendo-se considerado estar em prática a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres. Neste âmbito, considera-se adotar um plano de igualdade quando ocorrer definição do projeto e a respetiva autorização para crescimento do quadro de pessoal.

## 10. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A Metro Mondego não recebeu orientações ao relatório do Governo Societário de 2016 pelo que não incorporou recomendações.

A Metro Mondego, sem deixar de sublinhar os constrangimentos que a atual fase de reanálise dos termos de realização do projeto e tendo em conta a reduzida dimensão da empresa bem como as especificidades envolvidas, considera exercer com satisfação o cumprimento dos Princípios de Bom Governo.

Coimbra, 12 de Junho de 2017

### **O Conselho de Administração**

Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo  
(Presidente)

Eng.º Leonel Serra Nunes Pedro  
(Vogal)

Eng.º Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira  
(Vogal)

## 11. ANEXOS DO RGS

- 1 - Declarações de Incompatibilidades do Conselho de Administração
- 2 - Atas das Assembleias Gerais de 2016
- 3 - Sínteses Curriculares
- 4 - Ata de aprovação do RGS em Conselho de Administração
- 5 - Declaração dos membros do Conselho de Administração
- 6 - Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 7 - Critérios de Avaliação do Administrador Executivo da Metro-mondego, S.A.
- 8 - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Metro-Mondego, S.A.



## 1 - Declarações de Incompatibilidades do Conselho de Administração

João Rebelo

### DECLARAÇÃO

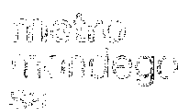
Eu, João José Nogueira Gomes Rebelo, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro Mondego, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 27 de fevereiro de 2018



rua da Figueira Grande, 41  
3000-046 Coimbra, Portugal

tel: +351 239 458 100  
fax: +351 239 458 175



metro@metro-mondego.pt  
www.metro-mondego.pt

Exm.º Senhor  
Inspector-Geral de Finanças  
Rua Angelina Vidal, 41  
1199-005 Lisboa

**R / AR**

em 26 de Dezembro de 2012

004

Assunto: Declaração à Inspeção-Geral de Finanças

Exm.º Senhor

Na qualidade de membro do Conselho de Administração da Metro-Mondego, S.A., no cumprimento do disposto no n.º 9 do art. 22.º do DL 71/2007, de 27 de Março e no n.º 22 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, sou a indicar:

a) Participações e interesses patrimoniais detidos, directa ou indirectamente, na Metro-Mondego, S.A.:

Não possui quaisquer participações e interesses patrimoniais, não tendo pois nesta alínea nada a declarar.

b) Participações e interesses patrimoniais detidos, directa ou indirectamente, noutras empresas:

Sociedades familiares da esposa e em seu nome Maria da Conceição Monteiro Ferreira de Araújo:

1. FERREIRA DE ARAÚJO, LDA – Coimbra – 33%;
2. FERREIRA DE ARAÚJO CONSTRUÇÕES, LDA – Coimbra – 33%;

a) Relações relevantes que mantém com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesses:

Relativamente a esta alínea, nada tenho a declarar.

Prevaleço-me da oportunidade para apresentar a V.ª Exa. os meus melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho de Administração

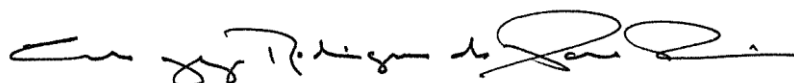
(João Rebelo)

Carlos Ferreira

### DECLARAÇÃO

Eu, Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro Mondego, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 27 de fevereiro de 2018



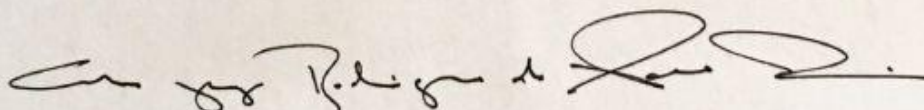
Carlos Jorge Rodrigues do Vale Ferreira  
Rua da Coutada, N.º 221  
3220-189 Miranda do Corvo

Exm.º Sr. Inspector-Geral de Finanças

Na qualidade de membro do Conselho de Administração da Metro-Mondego, S.A., no cumprimento do disposto no n.º 9 do art. 22.º do DL 71/2007, de 27 de Março e no n.º 22 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, sou a indicar:

- a) Participações e interesses patrimoniais detidos, directa ou indirectamente, na Metro-Mondego, S.A.: Nada a declarar.
- b) Participações e interesses patrimoniais detidos, directa ou indirectamente, noutras empresas: Nada a declarar.
- c) Relações relevantes que mantém com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, susceptíveis de gerar conflitos de interesse: Nada a declarar.

Com os meus melhores Cumprimentos.  
Miranda do Corvo, 04 de Janeiro de 2013

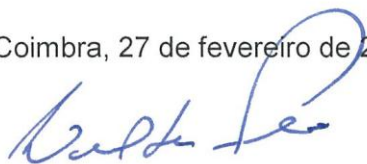


Leonel Pedro

### DECLARAÇÃO

Eu, Leonel Serra Nunes Pedro, declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na Metro Mondego, S.A., assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme determina o artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 27 de fevereiro de 2018



metro  
mondego  
sa

Exm.º Senhor  
Inspector-Geral de Finanças  
Rua Angelina Vida, 41  
1199-005 Lisboa

n/rep:

assunto: Declaração à Inspeção-Geral de Finanças

Na qualidade de membro do Conselho de Administração da Metro-Mondego, S.A., no cumprimento do disposto no n.º 9 do art.22º do DL 71/2007, de 27 de Março e no n.º 22 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, sou a indicar:

a) Participações e interesses patrimoniais detidos, direta ou indiretamente, na Metro-Mondego, S.A.:

Não possuo quaisquer participações e interesses patrimoniais, não tendo pois nesta alínea nada a declarar.

b) Participações ou interesses patrimoniais detidos, direta ou indiretamente, noutras empresas:

Sou possuidor de quota de 50%, na sociedade Serra & Pedro, Lda.

c) Relações relevantes que mantém com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerce funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesses;

Relativamente a esta alínea, nada tenho a declarar.

Prevaleço-me da oportunidade para apresentar a V.<sup>a</sup> Exa. os meus melhores cumprimentos

Vogal do Conselho de Administração

*Lucy P.*

(Leonel Serra Nunes Pedro)

## **2 - Atas das Assembleias Gerais de 2017**

Não se realizaram Assembleias Gerais em 2017.

### 3 - Sínteses Curriculares

#### Membros da Mesa da Assembleia-Geral

##### **Presidente – Luís Miguel Correia Antunes**

Nascido a 31 de Março de 1975, preside, desde novembro de 2011, à Câmara Municipal da Lousã, tendo agora sido empossado para o mandato 2017-2021.

Foi em Vereador em 1999, tendo desempenhado o cargo em regime de não permanência até 2001. Em 2001 passou a ser Vereador em regime de meio tempo até 2005. Em 2005 passou ao regime de tempo inteiro e assumiu a Vice Presidência.

É, atualmente, Presidente da Direção da Dueceira, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Metro Mondego S.A, Presidente do Conselho da Comunidade de Agrupamentos de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte, Presidente da Assembleia Geral da ADXTUR, membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Desempenhou entre julho de 2004 até 2010 o cargo de vogal da Turismo do Centro e foi Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte entre novembro de 2011 e março de 2013.

É Formador certificado pelo IEFP, tem formação em Sistemas de Gestão da Qualidade em Serviços Públicos e frequentou o curso de Gestão na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC).

Frequentou o programa de Capacitação avançada de líderes (Desenvolvimento Económico e Social Local) promovido pela Universidade Nova - School of Business & Economics.

Pertenceu à direção de diversas associações e outras instituições, nomeadamente à Associação de Estudantes da Associação Académica e Assembleia de Representantes da Universidade de Coimbra.

##### **Vice-Presidente - Paulo Jorge Carvalho Leitão**

Data de Nascimento: 9 de Março de 1980

##### *Habilitações Académicas:*

Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra em 2006.



Possui diploma em Estudos Pós-graduados MBA para Executivos pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 2012.

*Atividade Profissional:*

Vereador sem pelouro da Câmara Municipal de Coimbra desde 2013.

Vereador da Câmara Municipal de Coimbra de 2009 a 2013, em regime de permanência, com os pelouros do Planeamento, Urbanismo, Obras Municipais, Trânsito e Apoio às Freguesias.

Em representação da C. M. Coimbra exerceu, entre outras as funções de:

- Presidente da RUAS-Associação Univer(s)cidade, no âmbito da Candidatura da Universidade Alta e Sofia a Património da Humanidade;
- Vogal do Conselho de Administração da SRU;
- Vogal do Conselho de Administração do IPARK.

Técnico Superior na Águas do Mondego, SA (2008 a 2009).

Técnico Superior na Engidro Estudos de Engenharia, Lda (2006 a 2008).

**Secretário – Sónia Serrano Pujalrás**

Data de Nascimento: 9 de Julho de 1968

*Habilitações Académicas:*

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos.

*Atividade Profissional:*

Desde 2000 - Técnica na Secretaria-Geral e na Direção de Desenvolvimento Organizacional da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E..

1994/2000 – Técnica no Gabinete Jurídico da Associação Industrial Portuguesa / Câmara de Comércio e Indústria – AIP / CCI.

1993/1994 – Técnica no Departamento de Administração e Pessoal da EUROAIR – Companhia Europeia de Transportes Aéreos, S.A..

1991/1994 – Exercício de advocacia em escritório de advogados.

Membros do Conselho de Administração

**Presidente do Conselho de Administração – João José Nogueira Gomes Rebelo**

Data de Nascimento: 26 de Junho de 1955

*Habilitações Académicas:*

Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra em 1978, especialista em Ordenamento do Território.

Possui o Curso de Defesa Nacional (1996 – 1997).

Estágio no TVA (Tennessee Valley Authority) sobre Gestão Eficiente de Recursos e Energia em Cidades.

*Atividade Profissional:*

Técnico Superior estagiário na ex - Hidráulica do Mondego (1979).

Técnico Superior na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais / Açores (1980).

Assessor Principal / Técnico Superior da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento regional do Centro (CCDRC) desde 1980, onde desenvolveu sucessivamente funções:

- Núcleo Regional de Coordenação (NRC) dos GAT (1980 a 1986);
- Chefe de Divisão de Estudos e Organização de Recursos Locais (1983 a 1986);
- Diretor Regional do Ordenamento do Território / DROT (1986 a 1990);
- Administrador do Projeto MEREC (1983 e 1990).
- Vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro (1990 a 1996);
- Diretor de Serviços do NRC/GCSAL (1999 e 2002).

Neste período participou em diversas Entidades, Comissões e Grupos de Trabalho em representação da CCDRC (ou CCRC) e do MPAT, das quais se refere:

- Comissão da Reserva Ecológica Nacional / REN (1993 a 2002);
- Delegação de Portugal na Habitat /NU (Turquia);
- Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Estudos de viabilidade técnica - económica de um metropolitano ligeiro de superfície em Coimbra / MLM (1997-2001);
- Coordenação do PROT do Centro Litoral;
- GT de Criação / revisão da legislação de OT e A, bem como de programas específicos como o PNGRP, PROSIURB, PDR, Programa Aldeias Históricas e PAI da Serra da Estrela.

Vereador da Câmara Municipal de Coimbra (2002 a 2009), em regime de permanência, com os pelouros do Planeamento (Plano Estratégico e PDM), Obras Particulares, Trânsito e Administração Geral e Modernização Administrativa e entre 2002-2006 das Obras Municipais e da Administração Financeira.

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra (2006 a 2009)

Em representação da C. M. Coimbra exerceu, entre outras as funções de:

- Administrador (vogal) da Sociedade Coimbra Polis;
- Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral da Metro-Mondego, S.A.;
- Vogal do Conselho de Administração da AIRC;
- Presidente da Assembleia-geral da AM do Baixo Mondego e Gândaras;

- Vogal do Conselho de Administração da SRU Coimbra Viva;
- Vogal dos Conselhos de Administração da ATC e IPN - Incubadora;
- Presidente da Mesa da Assembleia-geral do Instituto Pedro Nunes (IPN).

Em paralelo, desenvolveu atividade docente:

- CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica) - Módulos das cadeiras de "Instrumentos de Participação Pública em Gestão Urbanística", "Planeamento Territorial e Desenho Urbano" e "Ordenamento do Território e Gestão Ambiental", dos Cursos de Especialização em Gestão Urbanística e de Administração Local;
- Escola Superior de Tecnologia de Viseu / IPV, onde tem sido responsável pela cadeira de "Políticas de Ambiente e Ordenamento do Território" da Licenciatura em Ambiente (1999 a 2002).

Membro da Ordem dos Engenheiros (CP n.º 14 807), Especialista em Ordenamento do Território, tendo sido membro da Comissão Cultural de Civil e Presidente do Conselho Disciplinar Regional / Região Centro - triénios de 1998/2000 e 2001/2003 (até Janeiro de 2002) e membro do Conselho Jurisdicional.

Vogal da Direção, não remunerado sem funções executivas, da Fundação particular de solidariedade social "Casa de Repouso de Coimbra".

Autor de diversos textos e documentos e tem participado como orador em diversas ações de formação e seminários, nomeadamente, na área do Ordenamento e Planeamento do Território.

Encontra-se desde Maio de 2010 a desempenhar funções como administrador executivo (2010-2012 e 2012-2014) e Presidente (desde 07.11.2012) da Sociedade Metro-Mondego, S.A..

#### **Vogal não executivo - Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira**

Data de Nascimento: 15 de Novembro de 1961

##### *Habilitações Académicas:*

Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Coimbra.

##### *Atividade Profissional:*

É quadro superior da Câmara Municipal de Miranda do Corvo desde 1986, onde desempenhou várias funções técnicas e de direção técnica.

De 2005 a 2013 desempenhou as funções de Chefe de Gabinete da Presidência na mesma autarquia.

De 2003 a 2005 desempenhou as funções de Delegado Regional da Delegação de Coimbra do Instituto Português da Juventude.

É, desde 2002, vogal não executivo da administração da Metro-Mondego, S.A..

Como profissional liberal desenvolveu várias consultorias na área do planeamento e do urbanismo.

Foi sócio-gerente e gestor da firma Mirangesp - Gabinete de Projectos Lda.

Foi consultor da empresa de construções António Margarido & Filhos Lda, tendo desempenhado as funções de diretor técnico da mesma.

Foi gerente da firma Quinta da Paiva - Empreendimentos Turísticos e de Habitação Lda.

Pertence à Comissão Científica / Executiva do Centro de Estudos Republicanos Amadeu Carvalho Homem.

Foi fundador do Centro Hípico de Miranda do Corvo. Foi presidente da Direção do mesmo e atualmente preside à Mesa da Assembleia Geral.

Foi fundador da Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional e é presidente do seu Conselho de Fundadores.

Foi fundador da Fundação ADFP e é vice-presidente do seu Conselho Geral.

É presidente da Direção do Mirante - Cooperativa de Informação e Cultura CRL.

É diretor do Jornal Mirante, com a Carteira Profissional de Jornalista N.º TE-293.

#### **Vogal não executivo - Leonel Serra Nunes Pedro**

Data de Nascimento: 3 de Junho de 1964

##### *Habilitações Académicas:*

1994 Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

##### *Atividade Profissional:*

Metro-Mondego, S.A.

É desde novembro 2012 Administrador não Executivo.

Foi entre 2004 e 2007 Secretário da Mesa da Assembleia Geral.

CP-Comboios de Portugal, E.P.E

Desde Setembro 2017 - Chefe Divisão da Gestão de Meios Centro (Maquinistas e Revisores) em acumulação com a Gestão Operacional da Frota - Direção de Exploração da CP.

Entre Dezembro 2014 e Agosto 2017 – Diretor da Gestão de Frota Operacional.

Entre Março 2012 e Novembro 2014-, Responsável do Material Circulante da CP Longo Curso e Regional.

Entre 2005 e 2012 Responsável pela Gestão de Instalações e Equipamentos da CP Regional.

Entre 2001 e 2005 Responsável pelos Centros de Acompanhamento de Tráfego Ferroviário (CAT) da Zona Centro do País. (Linha da Beira Alta, Beira Baixa, Ramal da Lousã, Oeste, Alentejo, Ramal de Cáceres e Linha do Norte entre Santarém e Pampilhosa). Responsável pela resolução de situações de forte perturbação de tráfego. Responsável pelas Equipas e Postos de

Revisão de Material Circulante de Coimbra, Guarda, Figueira da Foz, Entroncamento e Abrantes.

Entre 1994 e 1996 Tráfegos Agrícolas e Florestais - Direção Comercial de Mercadorias.

EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (Grupo CP)

Entre 1999 e 2001 foi Responsável da Qualidade – Grupo Oficinal da Figueira da Foz.

Entre 1996 e 1999 Gestor Operacional de Série – Região de Manutenção Centro – Entroncamento.

#### Fiscal Único

A **Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados S.R.O.C., Lda, (RLGM)** foi constituída em 19 de Agosto de 1993, está inscrita na lista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 116, tem a sua sede na Rua D. João de Castro, N.º 71-C 4.º Dtº., no Entroncamento. Atualmente integra três sócios Revisores Oficiais de Contas e um não revisor - Carlos António Rosa Lopes (ROC n.º 645), José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833), João Manuel Rosa Lopes (ROC n.º 1029). Os Sócios ROC são todos Mestres por Universidades Públicas Portuguesas (ISCTE), e lecionam no ensino Superior. O sócio economista está a frequentar o mestrado no IE Instituto Empresa Business School de Madrid.

A atividade da sociedade é exercida exclusivamente no âmbito do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e consiste na revisão legal das contas, na auditoria às contas e nos serviços relacionados, tais como avaliações, fusões e *corporate finance*.

A RLGM presta serviços a mais de 150 empresas, no continente, ilhas (Açores e Madeira) e Angola. Atua numa grande diversidade de sectores de atividade:

Ambiente, Agricultura, Associativismo, Comércio (aço, alimentar, automóvel e vestuário); Construção Civil e obras públicas, Indústria (calçado, cerâmica, confeções, curtumes, farmacêutica, frio industrial, material escolar, papel, plásticos e produtos químicos), Municípios e empresas municipais, Saúde (hospitais) e Serviços (Ensino, Fundações, Lares e Museus)

Encontra-se credenciada e tem prestado serviços de verificação de fundos comunitários.

#### **Efetivo – José de Jesus Gonçalves Mendes**

Data de Nascimento: 24 de Dezembro de 1956

##### *Habilitações Académicas:*

Mestre em Ciências Empresariais pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) – dissertação sobre o tema: CBA - Custeio Baseado na Atividade (2000).

Licenciado em Gestão de empresas pelo Instituto Superior de Economia (ISE) - (1980).

##### *Atividade profissional:*

1993 - ... Sócio gerente e Revisor Oficial de Contas da RLGM & A, Lda, desde a sua constituição.

Trabalhos de auditoria realizados a empresas nos mais diversos sectores de atividade e dimensão;

Auditoria e consultoria realizada junto da administração local;

Transformação e fusão de sociedades;

Implementação de sistemas de contabilidade financeira e de contabilidade e controlo de gestão.

2008 - ... Membro da Comissão da Técnica do Sector Público da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) desde 2008.

1991-2010 Professor Adjunto da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém (licença longa duração 3 anos com início em Março de 2010) – À data do início da licença, era, (desde 2000) coordenador da área de Contabilidade.

1990-1992 Responsável Administrativo e Financeiro da empresa Britaire - Britas da Serra d'Aire, Lda (grupo Terrazul)

1983-1990 Inspetor da IGF – Inspeção Geral de Finanças:

- IAL (Serviço de Inspeção às Autarquias Locais) – 1988 a 1990

- SA (Serviço de Auditoria) – integrava o grupo dos Transportes (CP, Carris, Metro, RN, STCP, TAP e Transtejo), – 1983 a 1988

1980 -1983 Diretor Financeiro da Habisocial, Lda - Barreiro

#### **Suplente – João Manuel Rosa Lopes**

Data de Nascimento: 24 de Agosto de 1954

##### *Habilitações Académicas:*

- Doutorando em Gestão, no ISCTE; Tese: “A Utilização de derivados como instrumento de cobertura de risco após a SFAS 133” (Não concluída).

- M.B.A. / Mestrado em Gestão, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial, no ISCTE 1991/92. Tese (Aprovada com ‘Muito bom’) – “A relação entre o Risco Sistemático e os Indicadores Contabilísticos de Empresas Cotadas nas Bolsas de Valores Portuguesas”.

- Frequência de Curso de Mestrado em Economia, na Universidade Nova de Lisboa, 1978/79.

- Licenciatura em Finanças, pelo ISE (actual ISEG) - Instituto Superior de Economia, com média final de 16 valores – 1971/76.

Fluência em Inglês e Espanhol;

##### *Atividade profissional:*

1998 – 2015... Revisor Oficial de Contas, Consultor de gestão de empresas.

1998 – 2011 Professor no Ensino Superior – Instituto Politécnico de Tomar

1994 – 1998 Administrador da Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, S.A em representação do SULPEDIP e cuja principal missão foi executar com sucesso um processo de "Turnaround."

1990 a 1994 - Administrador da MAP - Matérias Plásticas, S.A., em Leiria.

1993 a 1994 - Professor Ensino Universitário (particular) de Gestão Estratégica.

1983 a 1989 - Director Administrativo e Financeiro da MAP-Matérias Plásticas, Lda;

1980 a 1983 - Chefe dos Serviços Administrativos na DARTLUSO (Fábrica de produtos Tupperware em Portugal), em Constância.

1979 a 1980 - Auditor na Price Waterhouse.

1977 a 1980 - Assistente da cadeira de Economia II (Microeconomia e Macroeconomia), no curso de 'Gestão de Empresas', no ISCTE.

1976 a 1977 - Professor do Ensino Secundário.

*Outras atividades:*




- Ex-Vogal das Comissões de Inscrição e da Responsabilidade Social Empresarial da OROC;
- Ex-Membro do Institute of Management Accountants;
- Formador da CTOC - Impostos diferidos.

#### 4 - Ata de aprovação do RGS em Conselho de Administração

##### MINUTA DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2017

(Respeitante à ata nº 299)

No dia 27 de Fevereiro de 2018, pelas 18:30 horas, o Conselho de Administração da Metro-Mondego, S.A. deliberou aprovar a minuta do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário 2017 do qual, devidamente rubricado por todos os membros do referido órgão, se junta cópia em anexo.



## 5 - Declaração dos membros do Conselho de Administração

### DECLARAÇÃO

Eu, João José Nogueira Gomes Rebelo, declaro que, enquanto membro do Conselho de Administração da Metro Mondego, S.A., me abstenho de intervir em decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

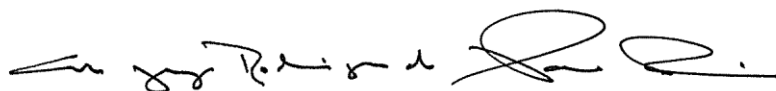
Coimbra, 27 de fevereiro de 2018



### DECLARAÇÃO

Eu, Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira, declaro que, enquanto membro do Conselho de Administração da Metro Mondego, S.A., me abstenho de intervir em decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

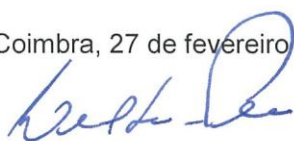
Coimbra, 27 de fevereiro de 2018



## DECLARAÇÃO

Eu, Leonel Serra Nunes Pedro, declaro que, enquanto membro do Conselho de Administração da Metro Mondego, S.A., me abstenho de intervir em decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Coimbra, 27 de fevereiro de 2018



## 6 - Relatório e Parecer do Fiscal Único



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

1/2  
Q

### RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

#### Senhores Acionistas:

1. Nos termos do mandato que nos foi conferido e nas demais disposições legais e estatutárias apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de gestão, bem como sobre proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **METRO MONDEGO, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
2. No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhámos, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, a atividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços Administrativos da empresa todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.
3. Emitimos parecer favorável sobre instrumentos previsionais para o ano de 2018, embora subordinado aos constrangimentos explicitados nos pressupostos à elaboração do plano e orçamento apresentado pela empresa.
4. Analisámos as demonstrações financeiras semestrais e respetiva documentação de suporte no âmbito das nossas atribuições, tendo emitido o correspondente Relatório.
5. Verificámos a concordância da informação financeira constante do Relatório do Conselho de Administração com a informação veiculada pelos demais documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
6. A empresa deu igualmente cumprimento às demais orientações legais vigentes para o SEE, designadamente as reduções remuneratórias.
7. Nos termos do disposto no artigo 7º do Estatuto do gestor público (DL nº 71/2007 de 27 de Março), os membros não executivos do órgão de administração, expressaram uma opinião positiva, sobre o desempenho individual do gestor executivo, bem como sobre as estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa.
8. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas da empresa, procedemos a emissão da Certificação Legal das Contas que para todos os efeitos, aqui se dá como integralmente reproduzida.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº. IIG - NIPC 503 109 797

Rua D. João de Castro 71 C - 4º Dt.º - Apartado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email: [geral@rlgm.pt](mailto:geral@rlgm.pt) - [www.rlgm-sroc.com](http://www.rlgm-sroc.com)



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes &amp; Associados SROC, Lda.

2/2

9. Na qualidade de Fiscal Único, e em cumprimento do disposto no nº 2 do art.º 54º do Decreto-Lei nº133/2013 de 3 de Outubro, entendemos que o "Relatório de Boas Práticas de Governo Societário" cumpre os deveres de relato estabelecidos.

10. Entendemos que os documentos de prestação de contas apresentados permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **METRO MONDEGO, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2017, bem como o resultado das suas operações do exercício findo naquela data.

11. Nestes termos somos de parecer:

- a) Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, bem como o Balanço, a Demonstração de resultados por natureza e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes Anexos apresentados, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
- b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

12. Finalmente o Fiscal Único deseja agradecer a Administração e nos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Coimbra, 5 de abril de 2018

O FISCAL ÚNICO

  
José de Jesus Gonçalves Mendes

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº. 116 - NIPC 503 109 797

Rua D. João de Castro 71 C - 4º Dt.º - Apartado 148

2334 909 ENTRONCAMENTO

Tel +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089

Email: [geral@rlgm.pt](mailto:geral@rlgm.pt) - [www.rlgm-sroc.com](http://www.rlgm-sroc.com)

## 7 - Critérios de Avaliação do Administrador Executivo da Metro-Mondego, S.A.

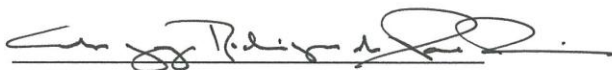
### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO DA METRO MONDEGO, S.A.

A avaliação do desempenho do Administrador Executivo assenta em critérios pré-determinados, constituídos pelos seguintes indicadores:

- Estratégia de gestão, tendo em vista a minimização da assunção de compromissos de investimento para além dos já estabelecidos e imprescindível;
- Redução de despesa, de acordo com a lei aplicável e as instruções da Tutela;
- Adequação da estrutura à atividade da sociedade;
- Atuação de acordo com o interesse dos acionistas e o interesse público inerente à Concessão.

Coimbra, 27 de fevereiro de 2018

Os administradores não executivos:



---



---



**8 - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Metro-Mondego, S.A.****PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO  
E INFRAÇÕES CONEXAS DA METRO-MONDEGO, S.A.  
(Atualizado para entrar em vigor em Janeiro de 2017)****EM CONCORDÂNCIA COM A RECOMENDAÇÃO N.º 1/2009  
DO CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO****INTRODUÇÃO**

A Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, criou o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), o qual desenvolve uma actividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas.

Em 1 de Julho de 2009, o CPC aprovou a Recomendação n.º 1/2009, publicada no DR, 2.ª série, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, sobre planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Nos termos do n.º 1 dessa Recomendação, "os órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, seja qual for a sua natureza, devem, no prazo de 90 dias, elaborar planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas ...".

O presente Plano estabelece orientações sobre a prevenção de riscos de gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, os critérios de risco, as funções e as responsabilidades, na estrutura e organização interna da Metro-Mondego, S.A.

**Dirige-se a todos os colaboradores directos da Metro-Mondego, S.A., independentemente da natureza do vínculo jurídico com esta estabelecido.**



## **PARTE I**

### **ATRIBUIÇÕES DA ENTIDADE, ORGANOGRAMA E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS**

#### **1. Atribuições**

A Metro-Mondego, S.A. é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando, portanto, o sector empresarial do estado (cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto).

Os membros do Conselho de Administração da Metro-Mondego, S.A. estão sujeitos ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março.

De acordo com os respectivos estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de Janeiro, as participações sociais no capital dos accionistas da Metro-Mondego, S.A. correspondem às percentagens seguintes:

- a) Estado — 53%;
- b) Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã - 14% cada um;
- c) REFER — 2,5%;
- d) CP — 2,5%.

A Metro-Mondego, S.A. é concessionária, em regime de serviço público, da exploração de um sistema de metro ligeiro de superfície nas áreas dos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, tal como consta das Bases da Concessão, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de Janeiro e alteradas pelo Decreto-Lei n.º 226/2004, de 6 de Dezembro.

Enquanto concessionária, a Metro-Mondego, S.A. tem como objecto e actividade principal a realização das prestações inerentes à concessão, ou seja, a concepção, projecto, realização das obras de construção, fornecimento, montagem e manutenção do material circulante e dos demais equipamentos que constituem o sistema objecto da concessão e sua exploração.



Pode ainda exercer as seguintes actividades autónomas, que são acessórias do objecto da concessão e destinam-se a assegurar os fins sociais do sistema de transporte concessionado e o equilíbrio comercial da sua exploração:

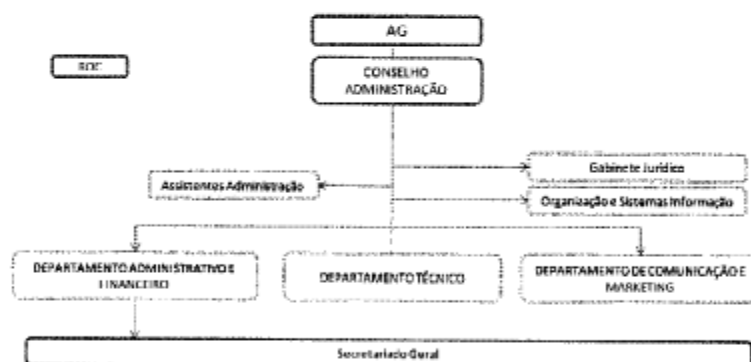
a) Exploração comercial, directa ou indirecta de estabelecimentos comerciais, escritórios, salas de exposições, máquinas de venda de produtos e serviços de publicidade aposta nas instalações do sistema ou no material circulante;

b) Promoção, directa ou indirecta, da construção ou venda de edifícios para fins comerciais, industriais ou residenciais nos terrenos ou edifícios que integrem o seu património, nomeadamente, devido a entradas dos accionistas;

c) Prestação de serviços, nomeadamente de consultadoria e de apoio técnico;

d) Transferência de tecnologia e de *know-how*.

## 2. Organograma e recursos humanos



Os Estatutos da Metro-Mondego, S.A., publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de Janeiro, foram alterados na Assembleia Geral de 7 de Novembro de 2012, tendo o número de administradores sido reduzido para três, dois quais um executivo e dois não executivos.

O Administrador executivo é o Presidente do Conselho de Administração, Eng. João Rebelo. São Administradores não executivos os vogais o Eng. Carlos Ferreira e o Eng. Leonel Serra.

*[Assinatura]*  
 HPS  
 RA





O Revisor Oficial de Contas é a sociedade Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC.

O Departamento Administrativo e Financeiro têm como responsável o Dr. Pedro Silva.

Os Recursos Humanos encontram-se sob a alçada do Departamento Administrativo e Financeiro, auxiliando no seu controlo a Dra. Teresa Carvalho e D. Esperança Ferreira;

A Metro-Mondego, S.A. conta ainda com colaboradores repartidos pelas várias unidades ou departamentos:

- Eng. Rui Querido, Eng. João Teixeira, Eng. Eduardo Ribeiro e Eng. Pedro Sendas, assegurando este último o apoio ao Conselho de Administração na coordenação do Departamento Técnico;

- Dr. Rodrigo Porto e Dr. Bruno Paixão, técnicos no Departamento de Comunicação e Marketing;

- D. Esperança Ferreira, Assistente Administrativa no Departamento Administrativo e Financeiro e Secretariado Geral;

- Dra. Helena Duarte e Dra. Teresa Carvalho, Assistentes de Administração e Secretariado Geral;

As tarefas atribuídas ao Gabinete Jurídico são asseguradas, em regime de prestação de serviços, pelo Dr. Rafael Vale e Reis;

As tarefas atribuídas ao Gabinete de Organização e Sistemas de Informação são asseguradas, em regime de prestação de serviços, pela empresa Ensoorigins, Lda., sendo o contacto principal o Carlos Ramos.

As tarefas atribuídas ao TOC são asseguradas, em regime de prestação de serviços, pela empresa Sigmagest - Serviços de gestão, Lda.

### 3. Recursos financeiros

A Metro Mondego até ao início de cada ano apresenta um Plano de Actividades e Orçamento para o exercício que se avizinha. Neste documento evidencia-se a estratégia da Administração ao nível de Investimento e despesas de funcionamento para o seguimento da linha orientadora de implementação do Sistema de Mobilidade de Mondego (SMM). Este documento é apresentado - considerando que o SMM ainda não está em operação e, portanto, não tem receitas próprias de exploração - com base nas perspectivas de receita ao nível do Orçamento de Estado e utilização de recursos próprios (Capital Social).

Handwritten signature and initials, possibly 'ARS' and 'A'.



#### 4. Instrumentos de gestão

São Instrumentos de gestão da Metro-Mondego, S.A.:

- O Plano de Actividades e Orçamento;
- Relatórios de Execução Trimestral;
- Demonstrações Financeiras Semestrais com Revisão Limitada pelo Revisor Oficial de Contas;
- Demonstrações Financeiras do Exercício com Revisão Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único;

### PARTE II IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

**1. Breve explicação dos principais tipos de crimes de corrupção e crimes conexos** (fonte: *"Prevenir a Corrupção: Um Guia Explicativo Sobre a Corrupção e Crimes Conexos"*, Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça (GRIEC), 2007)

**A - Corrupção passiva para acto ilícito** - O funcionário ou agente do Estado que solicite ou aceite, por si ou por interposta pessoa, vantagem patrimonial ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, para si ou para terceiro, para a prática de um qualquer acto ou omissão contrários aos deveres do cargo pratica o crime de **corrupção passiva para acto ilícito**.

**Exemplo:** Um funcionário de um Serviço de Finanças que recebe determinada quantia para não aplicar uma coima a um contribuinte que está a entregar uma declaração fiscal fora do prazo legalmente previsto.

**B - Corrupção passiva para acto lícito** - O funcionário ou agente do Estado que solicite ou aceite, por si ou por interposta pessoa, vantagem patrimonial ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, para si ou para terceiro, para a prática de um qualquer acto ou omissão não contrários aos deveres do cargo pratica o crime de **corrupção passiva para acto lícito**.

  
AKS  
V.E.



**Exemplo:** Um funcionário de uma Conservatória que receba um presente por proceder à inscrição de um determinado acto sujeito a registo, desrespeitando a ordem de entrada dos pedidos, beneficiando aquele que lhe oferece o presente.

### **C - Corrupção de eleitor (...)**

**D - Corrupção activa** - Qualquer pessoa que por si, ou por interposta pessoa, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro, com o conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que a este não seja devida, quer seja para a prática de um acto lícito ou ilícito, pratica o crime de **corrupção activa**.

**Exemplo:** Condutor que, interceptado por um agente da Brigada de Trânsito, em excesso de velocidade, promete àquele uma quantia monetária para não ser sancionado.

**E - Corrupção com prejuízo do comércio internacional** - Quem, por si ou por interposta pessoa, der ou prometer a funcionário ou a titular de cargo político, nacional ou estrangeiro, ou a terceiro com o conhecimento daqueles, vantagem patrimonial ou não patrimonial para obter ou conservar um negócio, um contrato ou outra vantagem indevida no comércio internacional pratica o crime de **corrupção com prejuízo do comércio internacional**.

**Exemplo:** Empresário que promete compensação financeira a um titular de um cargo político para que este o indique como fornecedor preferencial de um determinado produto a exportar para outro país, violando as regras da concorrência e do mercado livre.

### **F - Corrupção no desporto (...)**

**G - Abuso de poder** – Comportamento do funcionário que abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa.

**Exemplo:** Autarca que urbaniza terrenos de um familiar seu, a fim de os valorizar, ou funcionário que deliberadamente recusa uma determinada licença, sem para tal ter fundamento legal, a fim de evitar que a loja que se situa no rés-do-chão do seu prédio possa colocar um letreiro publicitário do qual não gosta.

**H - Peculato** – Conduta do funcionário que ilegitimamente se apropriar, em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer coisa móvel, pública ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções.

  
 APS  
 9 1



**Exemplo:** Um funcionário de uma junta de freguesia que utiliza em proveito próprio o dinheiro pago por comerciantes para obtenção de espaço de venda numa feira.

**I - Participação económica em negócio** – Comportamento do funcionário que, com intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpre, em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar.

**Exemplo:** Autarca que promove a permuta de terrenos entre a autarquia e um familiar seu, com prejuízo para o interesse público.

**J - Concussão** – Conduta do funcionário que, no exercício das suas funções ou de poderes de facto delas decorrentes, por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, receber, para si, para o Estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima, vantagem patrimonial que lhe não seja devida, ou seja superior à devida, nomeadamente contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima.

**Exemplo:** Funcionário que ao receber documentação para instruir um processo de licenciamento para remodelação de um muro cobra uma taxa não prevista na lei.

**L - Tráfico de influência** – Comportamento de quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública.

**Exemplo:** Funcionário de uma empresa de computadores que solicita uma determinada quantia em dinheiro ao seu director para garantir que será aquela empresa a fornecer os computadores a um determinado Ministério no qual seu irmão é Director-Geral.

**M - Suborno** – Pratica um acto de suborno quem convencer ou tentar convencer outra pessoa, através de dádiva ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, a prestar falso depoimento ou declaração em processo judicial, ou a prestar falso testemunho, perícia, interpretação ou tradução, sem que estes venham a ser cometidos.

**Exemplo:** Um arguido em processo penal tenta convencer o intérprete encarregado de traduzir para português o depoimento de uma testemunha estrangeira a não o fazer integralmente, mediante promessa de compensação financeira.

*[Handwritten signature]*  
 AFS  
 [initials]



## 2. Riscos de corrupção e crimes conexos<sup>1</sup>

### 2.1. Conceito de risco e gestão de risco

Pode definir-se risco como o evento, situação ou circunstância futura com probabilidade de ocorrência e potencial consequência positiva ou negativa na consecução dos objectivos de uma unidade organizacional.

A gestão do risco é o processo através do qual as organizações analisam metodicamente os riscos inerentes às respectivas actividades, com o objectivo de atingirem uma vantagem sustentada em cada actividade individual e no conjunto de todas as actividades<sup>2</sup>.

A gestão do risco deve ser organizada e levada a cabo ao nível dos programas, projectos e actividades principais ou ao nível de funções e departamentos, dependendo do projecto ou da natureza funcional da actividade.

O presente Plano de prevenção de riscos de gestão incluindo os riscos de corrupção e infracções conexas constitui um instrumento para a gestão do risco como suporte do planeamento estratégico, do processo de tomada de decisão e do planeamento e execução das suas actividades.

Este Plano obedece aos princípios da integridade institucional, da disciplina, da responsabilidade e da transparência de actos e de decisões, inerentes à optimização dos recursos próprios da governação ética e da gestão por objectivos.

### 2.2. Factores de risco

De entre os vários factores que levam a que o desenvolvimento de uma actividade comporte um maior ou menor risco destacam-se os seguintes:

- 1 – Qualidade da gestão;
- 2 – Integridade;
- 3 – Qualidade do sistema de controlo interno;
- 4 – Motivação do pessoal.

<sup>1</sup> Segue-se de perto o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infracções conexas) da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

<sup>2</sup> In Norma de gestão de riscos, FERMA 2003, apud Plano de Prevenção de Riscos de Gestão (incluindo os riscos de corrupção e infracções conexas) da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

Handwritten signature and initials, including 'APS' and other marks.





### 2.3. Funções e responsabilidades

GESTÃO DE RISCOS	
DECISOR	FUNÇÃO E RESPONSABILIDADES
<b>Conselho de Administração</b>	Os respectivos titulares são, colegialmente, os gestores do plano. Estabelecem a arquitectura e os critérios da gestão de risco, cuidando da sua revisão quando necessário.
<b>Responsáveis por todos os departamentos, incluindo os dotados de autonomia</b>	São os responsáveis pela organização, aplicação e acompanhamento do Plano na parte respectiva. Identificam, recolhem e comunicam ao Administrador executivo qualquer ocorrência de risco com provável gravidade maior. Responsabilizam-se pela eficácia das medidas de controlo do risco na sua esfera de actuação.

### 2.4. Áreas de risco

Os riscos de gestão incluindo os riscos de corrupção e infracções conexas configuram factos que envolvem potenciais desvios no desenvolvimento da actividade, gerando impactos nos seus resultados.

A Gestão do Risco identifica e previne atempadamente as áreas e factos com potencial danoso na Organização, através de uma metodologia assente em fases e etapas interactivas.

Na Metro-Mondego, S.A. identificam-se as seguintes áreas com probabilidade de Risco:

- Gestão Estratégica
- Área Técnica
- Administração Económica/Financeira
- Auditoria e Controlo
- Tecnologias de informação



- Gestão de Recursos Humanos

## 2.5 Metodologia subjacente à Gestão e Controlo do Risco

A Gestão dos Riscos implica uma actuação disciplinada em várias fases, a saber:

**A - Identificação e definição do risco** - Nesta fase deve proceder-se ao reconhecimento e à classificação de factos cuja probabilidade de ocorrência e respectiva gravidade de consequências configurem riscos de gestão incluindo riscos de corrupção e de natureza similar.

**B - Análise do risco** - para classificar o risco segundo critérios de probabilidade e de gravidade na ocorrência, estabelecem-se conjuntos de critérios, medidas e acções, distribuindo-se por tipos consoante as consequências sejam estratégicas ou operacionais;

O nível de risco é uma combinação do grau de probabilidade com a gravidade da consequência da respectiva ocorrência, de que resulta a graduação do Risco.



## Critérios de Classificação do Risco:

Factores de graduação	Baixa	Média	Alta
Probabilidade da ocorrência	Possibilidade de ocorrência mas com hipóteses de obviar o evento com o controlo existente para o tratar	Possibilidade de ocorrência mas com hipóteses de obviar o evento através de decisões e acções adicionais	Forte possibilidade de ocorrência e escassez de hipóteses de obviar o evento mesmo com decisões e acções adicionais essenciais
Factores de graduação	Baixa	Média	Alta
Gravidade da Consequência	Dano na optimização do desempenho organizacional, exigindo a recalendarização das actividades ou projectos	Perda na gestão das operações, requerendo a redistribuição de recursos em tempo e em custos	Prejuízo na imagem e reputação de integridades institucional, bem como na sua eficácia e desempenho da sua missão

**C - Avaliação e Graduação do risco** - A cada risco identificado deve ser atribuída uma graduação fundada na avaliação da probabilidade e de gravidade na ocorrência. **Os riscos são classificados como elevado, moderado ou fraco.**

Importa, pois, identificar os riscos na organização da Metro-Modego, S.A.

*[Handwritten signature]*  
AKS





IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS NA METRO-MONDEGO, S.A.		
DECISOR / ÁREA OU DEPARTAMENTO	CLASSIFICAÇÃO DO RISCO	TIPO DE RISCO E JUSTIFICAÇÃO SUMÁRIA
<b>Assembleia Geral</b>	<i>Risco fraco</i>	A AG reúne anualmente para apreciar relatórios de actividade e prestação de contas, nos termos dos estatutos da sociedade, bem como planos de actividade e orçamentos anuais ou plurianuais, e todas as matérias da sua competência, incluindo a alienação de património. Existem também reuniões da AG com fins eleitorais, sendo determinante a posição maioritária do Estado como accionista.
<b>Conselho de Administração</b>	<i>Risco moderado</i>	Assumpção de responsabilidades pela empresa indevidas devido a não cumprimento integral ou inobservância das normas legais ou de boas práticas que garantam as melhores condições de aquisição de bens ou serviços ou a execução de obras. O CA reúne com periodicidade frequente sobre a gestão dos projectos aprovados em AG no âmbito dos planos anuais e estratégicos, precavendo-se nas decisões que toma com sistema de pareceres emitido pelos departamentos e com auditorias que sistemática e regularmente adopta
<b>Administrador executivo</b>	<i>Risco moderado</i>	Assumpção de responsabilidades indevidas por incumprimento de normas legais, das competência delegadas pelo CA, bem como de deliberações deste.
<b>Gabinete jurídico</b>	<i>Risco fraco</i>	Decorrente da intervenção meramente consultiva e de teor exclusivamente técnico-jurídico; rara intervenção na sugestão de despesas a realizar bem como na indicação de



		entidades terceiras a contratar.
--	--	----------------------------------



<b>Assistentes de administração</b>	<i>Risco fraco</i>	Trata-se de um tipo de trabalho de apoio que não interfere directamente com afectação de recursos
<b>Organização e sistemas de informação</b>	<i>Risco fraco</i>	Idem como anterior
<b>Departamento administrativo e financeiro</b>	<i>Risco moderado</i>	O Departamento Administrativo e Financeiro é quem controla a execução orçamental bem como quem realiza as operações de pagamento das variadas actividades da empresa. Os pagamentos são agendados acontecendo sempre através de assinatura do Presidente do Conselho de Administração e Responsável Financeiro (ou ainda com a participação da assinatura dos 2 elementos não executivos, se necessário) tanto ao nível de cheques como ao nível de pagamentos por transferência bancária. Não existe autonomia dos pagamentos, exceptuando no fundo fixo de caixa, que está sob alçada de revisão do Presidente do CA. O Processamento de ordenados obedece ao mesmo critério de pagamento. Existe ainda um controlo desta rubrica ao nível dos relatórios de execução trimestral e também na selecção aleatória por parte da Dra. Teresa Carvalho em validar processamentos salariais ao longo dos meses.
<b>Departamento técnico</b>	<i>Risco moderado</i>	Decorrente da eventual não aplicação das boas práticas para selecção dos prestadores de serviços necessários para a execução das acções a cargo do Departamento Técnico assim como da possibilidade de transmissão de informação que possa eventualmente advir numa vantagem para terceiros.  Aplicando as regras do novo Código dos Contratos Públicos, o risco associado à escolha de fornecedores é fraco a moderado, dado que os mesmos são seleccionados com base em concursos públicos ou ajustes

A12



		directos baseados em caderno de encargos. Todos os custos do Departamento de valor inferior a 5.000€ são devidamente autorizados pelo Conselho de Administração.
<b>ROC</b>	<i>Risco fraco</i>	Intervenção meramente externa, nos termos das competências legalmente fixadas.



<b>Departamento de comunicação e marketing</b>	<i>Risco moderado</i>	<p>Decorrente da eventual não aplicação das boas práticas para selecção dos prestadores de serviços necessários para a execução das acções a cargo do Departamento de comunicação e marketing assim como da possibilidade de transmissão de informação que possa eventualmente advir numa vantagem para terceiros.</p> <p>Aplicando as regras do novo Código dos Contratos Públicos, o risco associado à escolha de fornecedores é fraco a moderado, dado que os mesmos são seleccionados com base em concursos públicos ou ajustes directos baseados em caderno de encargos. Todos os custos do Departamento de valor inferior a 5.000€ são devidamente autorizados pelo Conselho de Administração.</p>
<b>Secretariado geral</b>	<i>Risco fraco</i>	<p>Trata-se de um tipo de trabalho de apoio que não interfere directamente com afectação de recursos, excepto aquisição e gestão de consumíveis.</p>

  
 AKS



### PARTE III MEDIDAS PREVENTIVAS DOS RISCOS

Uma vez identificados os riscos, cabe determinar quais as medidas a pôr em prática para que o risco não venha a ocorrer ou seja minimizado no caso de ser impossível evitá-lo.

Na Metro Mondego, S.A., têm sido adoptadas várias medidas, de natureza distinta e operantes em diferentes planos da sua actuação tendo em vista evitar esse riscos ou minimizá-los.

De entre essas medidas, destacam-se:

MEDIDAS PREVENTIVAS DOS RISCOS NA METRO-MONDEGO, S.A.	
DECISOR / ÁREA OU DEPARTAMENTO	DESCRIÇÃO DAS MEDIDAS ADOPTADAS
ASSEMBLEIA GERAL, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRADOR EXECUTIVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de uma gestão documental, registando sempre todas as entradas e saídas de documentos sob forma digital;</li> <li>• A Metro Mondego tem circuitos de entrada de Informação, pelo que esta percorre o Administrador executivo e os responsáveis pelas matérias envolvidas;</li> <li>• O cumprimento integral das disposições relativas à contratação pública, tal como resulta do Código dos Contratos Públicos (CCP) e legislação conexas, com a utilização de Plataforma Electrónica;</li> </ul>



<p><b>RESPONSÁVEIS POR TODOS OS DEPARTAMENTOS , INCLUINDO OS DOTADOS DE AUTONOMIA</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição de critérios internos para a utilização da figura do Ajuste Directo, com consultas muito frequentes ao mercado, por forma a evitar distorção aquando da formulação dos convites;</li> <li>• As consultas prévias ao mercado são sempre elaboradas por técnicos da Metro Mondego e as decisões finais são determinadas pelo CA;</li> <li>• Internamente, mais do que uma pessoa está envolvida nos processos de aquisição principalmente em todos os que envolvam fluxos financeiros;</li> <li>• O acompanhamento e monitorização contínua da execução das tarefas, actividades e projectos. Está a ser implementado um método mais eficaz de controlo com registo do orçamento e revisões posteriores em software de gestão com alocação de responsável por projecto. A informação será possível obter a qualquer momento e sempre que se pretenda;</li> <li>• A implementação de regras internas de notificação do estado de evolução de projectos, procedimentos ou outros eventos relativos à actividade da empresa;</li> <li>• Controlo da execução dos contratos celebrados com terceiras entidades, designadamente, quanto a eventuais atrasos na execução, adequação das prestações, com o particular acompanhamento do Gab. Jurídico sob coordenação do CA;</li> <li>• Controlo jurídico das cláusulas a inserir nas peças dos procedimentos concursais, de tal forma que as mesmas só são aprovadas após apreciação do Departamento jurídico.</li> </ul>
---	--

APR



MEDIDAS PREVENTIVAS DOS RISCOS NA METRO-MONDEGO, S.A.	
DECISOR / ÁREA OU DEPARTAMENTO	DESCRIÇÃO DAS MEDIDAS A ADOPTAR
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRADOR EXECUTIVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento experimental de um procedimento (que pode ser mais restritivo do que o legal) de limitação de acordo com um critério e uma regra objectiva do número de contratações directas e consecutivas ao mesmo fornecedor;</li> <li>• Estabelecimento de critérios para a nomeação quando tecnicamente adequado de júris diferenciados para os vários procedimentos de contratação pública;</li> <li>• Implementação experimental de circuitos formais e auto-controláveis de correspondência e Informações que garanta que toda a correspondência recebida seja efectivamente visualizada pelo presidente do CA;</li> <li>• O próprio CA pode requerer despacho Intermédio se este não existir e assim achar conveniente.</li> </ul>
RESPONSÁVEIS POR TODOS OS DEPARTAMENTOS , INCLUINDO OS DOTADOS DE AUTONOMIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programação de acções de formação adequada tendo em vista a preparação dos colaboradores da Metro-Mondego, S.A. para a gestão dos riscos identificados no presente Plano.</li> <li>• As Informações são elaboradas sempre por elementos que não pertencem ao Conselho Administração e terão circuito previamente definido de modo a que quem elabora a informação indicará se necessita de recorrer a despacho intermédio (Departamento e/ou Gabinete Jurídico e Financeiro) até chegar ao CA para deliberação;</li> </ul>

As medidas acabadas de referir devem, pois, ser seguidas (continuar a sê-lo e/ou passar a sê-lo) tendo em vista a eliminação ou minimização dos riscos identificados.

APS





#### **PARTE IV**

### **ESTRATÉGIAS DE AFERIÇÃO DA EFECTIVIDADE, UTILIDADE, EFICÁCIA E EVENTUAL CORRECÇÃO DAS MEDIDAS PROPOSTAS**

#### **1. Acompanhamento e avaliação**

O Conselho de Administração procede ao controlo periódico no sentido de verificar se está a ser assegurado o cumprimento das regras do Plano e os seus efeitos práticos.

Com o apoio dos Departamentos, elabora, para o efeito, um relatório adequado, no final de cada ano.

A revisão e a validação anuais devem constar de Relatório de Execução a elaborar por cada um dos Departamentos.

Para além da periodicidade das revisões, validações e actualizações acima indicadas, os colaboradores devem informar o Conselho de Administração, sempre que surjam riscos elevados que importem prevenir.

#### **2. Actualização do plano**

Os responsáveis pelos Departamentos devem, no Relatório Anual de Execução do Plano, recomendar a actualização do Plano, sempre que tal se revele necessário, tendo em conta as revisões e validações acima previstas.